Impactes Económico e Social das IPSS



Ficha Técnica

Promotor



CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Rua Júlio Dinis, 931, 3.º Esq. 4050-327 Porto

Tel.: 226 068 614

Email: cnis.porto@mail.telepac.pt

Entidade financiadora



Fundação Millennium BCP

Rua do Ouro, 130, 4.º 1100-060 Lisboa

Tel.: 211 131 682

Email: fundacao@millenniumbcp.pt

Execução



Padrão Plural - Associação

Rua Fialho de Almeida, $14 - 2^{\circ}$ Esq.,

Esc. H₁₀

1070-129 Lisboa Tel.: 211 560 406

Email: padraoplural@padraoplural.org

Coordenação Científica



IPI Consulting Network

Rua Rodrigo da Fonseca, 70 – 1º Dto. 1250-193 Lisboa

Tel.: 213 825 460

Email: info@ipiconsultingnetwork.com

Quatro estudos de caso dos impactes económico e social das IPSS e Proposta de estratégia de actuação para a sua maximização

Concelhos de Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Montijo e Peniche O presente projecto tem por objectivo medir os impactes económicos e sociais da actuação das IPSS e propor uma estratégia para a maximização dos impactes na sociedade, baseado no estudo de caso de quatro concelhos: dois do interior (Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros) e dois do litoral (Montijo e Peniche).



Foi possível, assim, pela primeira vez em Portugal, demonstrar em termos quantitativos que a actividade social das IPSS representa uma mais-valia, tanto relativamente ao impacte económico como ao impacte social.

Com efeito, a actividade das IPSS, nos municípios analisados, induz a um aumento médio de 3% do total da Produção, de 9% do total do VAB e de 6% do total do Emprego, com maior impacte relativo nos municípios do interior.

Também se demonstra que o custo suportado pela sociedade é mais do que compensado pelos benefícios sociais. De facto, cada euro investido no total de IPSS dos municípios em análise gera, no mínimo, 2,46 euros de benefícios sociais. Na resposta social "Creche e Jardim de Infância", cada euro investido gera 3,93 euros de benefícios sociais, em "Lar de Idosos", cada euro investido gera 4,23 euros de benefícios sociais e em "Serviço de apoio domiciliário", cada euro investido gera 5,68 euros de benefícios sociais.

Recomenda-se, assim, que:

- As IPSS sejam consideradas como um elemento fulcral na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social.
- As IPSS desenvolvam a avaliação da sua sustentabilidade económica e ambiental, a par da da sustentabilidade social;
- As IPSS, directamente ou através de uma entidade que as represente, desenvolvam a avaliação de boas práticas e de casos inovadores nas suas áreas de actuação;
- A entidades que representam as IPSS deem a conhecer, em particular aos organismos responsáveis do Estado, o impacte económico e social que elas têm ao nível dos territórios e a mais valia que para estes representam, com resultados mais conseguidos e com custos menores, quando comparadas com instituições públicas similares.

Índice

1.1 O projecto 1.2 Metodologia do projecto	10 11
2. A Economia Social 2.1 O contexto 2.2 O papel da Economia Social 2.3 As IPSS a nível nacional	18 19 20
 3. Indicadores sociais nos quatro concelhos 3.1 Território e demografia 3.2 Emprego e economia 	30 33
 4. As IPSS nos quatro concelhos 4.1 Enquadramento das IPSS 4.2 Caracterização das IPSS 4.2.1 Utentes 4.2.2 Trabalhadores 4.2.3 Produção, VAB e financiamento das actividades 4.2.4 Respostas sociais 4.3 Quantificação do impacte económico da actividade das IPSS 4.4 Medição do valor social da actividade das IPSS 4.5 Análise comparada do impacte económico e social 	38 43 43 46 49 54 61 66 73
5. Propostas para maximização do impacte económico e social	82
6. Conclusões	86
Anexo I – Quantificação dos benefícios Anexo II – Análise SROI por município e por respostas sociais Anexo III – Listagem das IPSS por concelho Anexo IV – Questionário às IPSS Anexo V – Bibliografia	92 97 103 105 107

1

Introdução

1.1O projecto

Este estudo apresenta uma análise do impacte económico e social das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em quatro municípios, dois deles do interior, predominantemente rurais e com uma população muito envelhecida, e dois outros na zona litoral, um deles fazendo parte da Área Metropolitana de Lisboa e um outro onde a pesca é o sector económico relevante.

É um trabalho pioneiro que permitiu quantificar não só o impacte económico directo, indirecto e induzido destas instituições da economia social nesses quatro universos, mas também o impacte social dessas instituições.

Este trabalho permitiu, pela primeira vez, ter um cenário quantificado do papel das IPSS no contexto português, compreender melhor como estas instituições são uma âncora de apoio aos mais carenciados e como são fundamentais para a economia dos municípios, em especial os mais envelhecidos e desertificados.

Os dados apresentados e a sua numerização constituem um elemento indesmentível do papel fundamental da economia social na sociedade portuguesa e devem ser tidos em conta pelos poderes públicos e pelos portugueses.

O estudo teve também por objectivo propor uma estratégia de actuação para maximização do impacte económico e social das IPSS ao nível do concelho, baseado no estudo de caso dos quatro concelhos: Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Montijo e Peniche.

É intenção do projecto que as recomendações em matéria de actuação para a maximização do impacte económico e social das IPSS, emanadas destes quatro estudos de caso, sirvam de orientação para as IPSS dos restantes concelhos do país.

A medição e a comunicação para o exterior do valor social e económico gerado pelas IPSS é uma das recomendações emanada do estudo As Instituições Particulares de Solidariedade Social num Contexto de Crise Económica, realizado pela IPI Consulting Network Portugal® para a CNIS, com o financiamento da Fundação Millennium BCP, e apresentado publicamente em 27 e 30 de Abril de 2012¹.

Este estudo vem, assim, concretizar esta recomendação, ainda que aplicada a quatro subconjuntos do universo das IPSS nacionais, relativos aos quatro concelhos acima referidos. Pretende, ainda, demonstrar a importância real das IPSS no contexto dos vários municípios, através da quantificação do impacte económico e de forma pioneira, da quantificação do impacte social destas Instituições no território. Estas organizações produzem diariamente um enorme valor social que, em regra, não é mensurado, quer pela complexidade das metodologias de avaliação, quer por tradição do próprio sector. A medição e a demonstração do impacto social são elementos decisivos para avaliar o papel dos diferentes actores sociais – sector público, empresas, instituições da economia social – nos diferentes territórios em que actuam e no actual contexto de escassez de recursos.

¹ O estudo integral está disponível em formato de livro à venda nas principais livrarias do país. A versão síntese está disponível online em http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_news&id=335, e em http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/grupobcp/fundacaobcp/accaomecenatica/accaosocial/;jsessionid=3TISY1NLELEQ VQFIAMGCFF4AVABQYIY4.

A metodologia de execução do projecto compreendeu 4 etapas:



Quantificação do impacte económico da actividade das IPSS

A quantificação do impacte económico directo da actividade das IPSS na economia dos quatro concelhos escolhidos resultou de recolha de informação junto de fontes primárias (designadamente através de visitas às IPSS envolvidas e entrevistas estruturadas com observadores privilegiados locais) e, complementarmente, através de fontes secundárias (designadamente informação estatística com fonte nos Quadros de Pessoal, nas estatísticas sociais publicadas pelos organismos da tutela, designadamente da Segurança Social, nas estatísticas regionais publicadas regularmente pelo INE e na Conta Satélite da Economia Social, também do INE).

1.2 Metodologia do projecto

O impacte económico de uma dada instituição/actividade, neste caso as IPSS, não se esgota no seu efeito económico directo. A economia da região é também indirectamente beneficiada pela via do acréscimo de fornecimentos intermédios às IPSS (efeito indirecto), e ainda pela via do acréscimo de consumo proporcionado pelos salários pagos pelas actividades económicas directa e indirectamente beneficiadas pela actividade das IPSS (efeito induzido).

O impacte directo é medido pela Produção (volume de negócios), VAB (produção deduzida de consumos intermédios) e Emprego das IPSS em análise. O impacte indirecto corresponde à Produção, VAB e emprego adicionais resultantes do efeito multiplicador sobre as actividades económicas locais que fornecem consumos intermédios às IPSS e ao resto da economia.

O impacte induzido corresponde à Produção, VAB e emprego adicionais resultantes do efeito multiplicador sobre as actividades económicas locais decorrente do acréscimo de procura proporcionado pelos salários pagos pelas actividades económicas directa e indirectamente beneficiadas pela actividade das IPSS.

Sendo importante para calcular o impacte económico de todas as IPSS dos municípios em análise e tendo em conta que 10 instituições de um total de 57 não providenciaram qualquer informação, fomos obrigados a estimar o impacto destas IPSS. Essa estimativa baseou-se no número de utentes dessas 10 Instituições, cerca de 712, num total de 6.944 utentes.

O valor da produção apurado para as IPSS em análise corresponde ao seu volume de negócios e o VAB, calculado a partir das demonstrações financeiras, corresponde ao valor da produção deduzido dos consumos intermédios.

Para o apuramento dos impactes económicos indirectos e induzidos, foram utilizados os valores médios dos multiplicadores económicos (medida do aumento de uma variável económica determinada pelo acréscimo unitário da procura na região) para a produção, VAB e emprego, apurados através dos valores mínimos e máximos apresentados no estudo "Impactes directos, indirectos e induzidos da actividade termal na economia local: os casos de S. Pedro do Sul e Monfortinho", de Sousa, Sónia, in Povos e Culturas - Desenvolvimento Regional e Local, nº 14, 2010, CEPCEP, e obtidos a partir do modelo "input-output" de Leontief.



Medição do valor social da actividade das IPSS

Existem múltiplas metodologias para o apuramento do valor social, tendo sido analisadas, no âmbito do presente estudo, um total de 186 modelos testados internacionalmente.

Das metodologias analisadas, foi seleccionada a metodologia "SROI" - "Social Return on Investment", significando "Retorno Social do Investimento", pelos seguintes motivos:

- Providencia um quadro de quantificação para a total valorização das actividades;
- Permite demonstrar que o investimento efectuado num determinado projecto gera um retorno genuíno, não necessariamente em termos financeiros mas no que respeita aos benefícios que adicionam valor à vida das pessoas;
- Permite quantificar financeiramente os retornos não financeiros do projecto.

O índice SROI é um rácio entre o valor actual líquido dos benefícios e o valor actual líquido do investimento, ou seja, o SROI compara o valor gerado por uma intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para obtê-lo.

Em termos metodológicos, o cálculo do SROI envolve a identificação das actividades e stakeholders e a identificação e quantificação dos respectivos custos e benefícios, de forma devidamente fundamentada, para se proceder ao cálculo do indicador.

A realização de uma análise SROI envolve seis etapas:

- Estabelecer o âmbito e identificar as principais partes interessadas (stakeholders). É importante ter limites claros sobre o que a análise SROI incluirá, quem estará envolvido e como se desenvolve o processo;
- 23456 Desenvolver, através do envolvimento dos stakeholders um mapa de impacto, que mostra a relação entre entradas, saídas e resultados;
 - Evidenciar resultados e dar-lhes um valor. Esta etapa envolve encontrar dados para mostrar se os resultados têm acontecido e, em seguida, atribuir-lhes um valor monetário;
 - Estabelecer o impacto. Identificar e retirar da análise os aspectos de mudança que teriam acontecido mesmo que o projecto não existisse ou que são um resultado de outros factores;
- Fazer o cálculo do SROI. Esta etapa envolve a soma de todos os benefícios e comparação do resultado com o investimento;
 - Apresentar os resultados. Este último passo envolve a verificação do relatório, a partilha de resultados com as partes interessadas e incorporação de processos de boas práticas.

Para as IPSS em análise, iniciou-se o exercício através da identificação dos stakeholders e do apuramento das matrizes de entradas e saídas para o cálculo do custo suportado pela sociedade.

De seguida, foram identificados os benefícios a quantificar associados ao desenvolvimento das actividades em análise:

Creche e Jardim de Infância:

- Aumento no emprego materno/paterno;
- Melhoria no bem-estar materno/paterno.

Actividades ocupacionais e Centro de Dia:

- Aumento no emprego materno/paterno (componente ATL);
- Melhoria no bem-estar materno/paterno (componente ATL);
- Aumento emprego na família (componente Idosos);
- Melhoria de saúde dos idosos redução emergência hospitalar;
- Melhoria de saúde dos idosos redução internamento.

Lar de idosos:

- Melhoria de saúde dos idosos redução emergência hospitalar;
- Melhoria de saúde dos idosos redução internamento;
- Aumento de emprego na família.

Serviço de apoio domiciliário a idosos:

- Melhoria de saúde dos idosos redução emergência hospitalar;
- Melhoria de saúde dos idosos redução internamento;
- Aumento de emprego na família.

Existem outros benefícios, identificados mas não quantificados, por dificuldade de obtenção de indicadores credíveis, como:

- Respostas sociais de Creche, Jardim de Infância e Actividades de Tempos Livres:
 - Necessidades educacionais atendidas;
 - Necessidades de saúde atendidas;
 - Aumento da auto-estima;
 - Estabilidade e segurança;
 - Necessidades básicas atendidas: comida, rotinas, roupas de cama, estimulação psico-motora, ...;
 - Acesso a mais serviços;
 - Voz ouvida:
 - Aumento das habilidades sociais.

- Respostas sociais de ocupação de Tempos Livres de Idosos, Centro de Dia, Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário:
 - Através das actividades os participantes sentem-se estimulados e inspirados, levando a um sentimento de auto-estima e realização;
 - Os participantes fazem novos amigos, e são, portanto, menos solitários;
 - Estimulação mental, uma visão mais positiva, e redução dos níveis de ansiedade e depressão;
 - Os membros da família preocupam-se menos com o seu familiar.

Desta forma, foram calculados os índices SROI, por resposta social e por município, de acordo com a metodologia indicada, para um período de 5 anos, considerando uma taxa de actualização de 8%.

De acordo com a pesquisa efetuada, não são conhecidas análises SROI a um nível tão agregado. Por norma, estas análises são efectuadas por actividade e/ou entidade.



Análise comparada do impacte económico e social nos quatro estudos de caso

A análise dos quatro estudos de caso permitiu a comparação da situação nos concelhos alvo deste projecto na óptica dos impactes económico e social e, ainda, na óptica das respostas sociais em apreço.

Salienta-se que não se encontraram estudos comparáveis, quer a nível nacional, quer a nível internacional.



Proposta de estratégia e acções para maximização do impacte económico e social

Como corolário deste projecto, são elencadas proposta de estratégia a desenvolver em cada concelho, acompanhada de acções concretas para a maximização do impacte económico e social das IPSS.

Duas notas metodológicas adicionais:

- (i) ao longo do trabalho, os quadros e gráficos que não têm indicação da fonte da informação, referem-se a dados por nós recolhidos, nomeadamente em inquéritos e questionários realizados às IPSS, directamente junto das instituições.
- (ii) em algumas situações, a discrepância de valores apresentados nos diferentes concelhos não tem uma explicação lógica, face à realidade conhecida. Estas variaçõe podem dever-se ao facto de nem todas as IPSS terem fornecidos os dados solicitados.

A Economia Social

2.1O contexto

As IPSS, objecto de estudo deste trabalho, integram um sector cuja designação tende a variar em função da óptica de quem o observa. Neste trabalho, assumese a óptica "Sector Solidário".

Sector Solidário foi também a designação dada pelo Governo, em consonância com os parceiros sociais, quando recentemente criou um Fundo de Reestruturação (Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de Dezembro) para apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS e equiparadas (como as misericórdias e as mutualidades).

Trata-se de um conceito bastante próximo do de Economia Social ou do de Terceiro Sector, conceito próximo que valoriza o seu posicionamento entre o público e o privado. Para a clarificação destes conceitos e de outros relacionados com eles, o Comité Económico e Social Europeu levou a efeito um estudo cujos resultados vieram a ser publicados sob o título: "L'Économie Social dans L'Union Européenne" 1. São também esclarecedores os trabalhos desenvolvidos pelo Observatório da Economia Social em Portugal (OBESP)²,

O estudo ocupa-se desta realidade em vários países da União Europeia (UE) e preconiza algumas linhas de orientação. Nele se entende como Economia Social o conjunto de organizações privadas sem fins lucrativos, consideradas na sua dimensão económica. De facto, mesmo um pequeno grupo de voluntários de acção social que actue sobretudo nas relações de proximidade, prestando pequenas ajudas, realiza uma actividade económica traduzida, pelo menos, na recolha, gestão e distribuição de fundos. Porém, o facto de estas organizações não visarem o lucro como finalidade, não as deve impedir de procurarem obter "excedentes" financeiros. Mas devem gerá-los em nome da eficácia social, no sentido mais amplo, e não os podem distribuir em função do capital investido.

Mas porque são as IPSS o objecto de estudo deste trabalho, importa ter em conta a sua definição, designadamente conforme o Estatuto das IPSS, Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, que veio proceder à revisão³ do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social ("Estatuto das IPSS"), alterando o Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro. Nele se define que são instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efectivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público.

¹ L'Économie Sociale dans l'Uniou Européenne, Comité Económico e Social Europeu, Bruxelas, 2007, Coordenado por Rafael Chávez Ávila e J. L. Monzón Campos.

² A Economia Social: conceito proposto pelo OBESP – http://www.cases.pt/0_content/actividades/obesp/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf

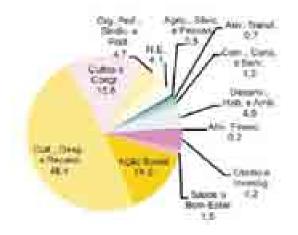
³ Esta revisão do Estatuto das IPSS surge na sequência da publicação da Lei de Bases da Economia Social (Lei nº 30/2013 de 8 de Maio) que determinou que, no prazo de 180 dias, viessem a ser aprovados os diplomas legislativos que concretizam a reforma do sector da economia social à luz, nomeadamente, dos princípios estabelecidos no artigo 5º da referida Lei de Bases.

Na ausência de outras recolhas sistemáticas de dados oficiais, o INE, no âmbito da sua Conta Satélite da Economia Social, tenta estabelecer um perfil. Desse perfil, resulta que a Economia Social é constituída por um amplo conjunto de organizações que, provindas da sociedade civil, se situam entre o estado e o mercado, constituindo um terceiro sector que complementa ou, por vezes, se cruza com estes no desenvolvimento das suas actividades. Nela está incluído o Sector Solidário.

Nos dias de hoje, a Economia Social desempenha um papel fundamental na economia de qualquer país, cria empregos, reforça a coesão social, desenvolve a economia local e regional, gera capital social, promove a cidadania e a solidariedade e apoia o desenvolvimento sustentável e a inovação social. Desempenha, ainda, um papel relevante na integração social e na reinserção das camadas sociais sujeitas à exclusão do mundo do trabalho, e no combate à pobreza e fome.

2.2 O papel da Economia Social

Figura 1: Entidades da Economia Social, por sector de actividade (%)



Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, 2010

No contexto da classificação do INE, a Economia Social é caracterizada por uma forte heterogeneidade. Em 2010, cerca de 50% das organizações deste sector desenvolviam a sua actividade na área da cultura, desporto e recreio. Em 2010, a Economia Social representava, em Portugal, 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 4,6% das remunerações e 5,5% do emprego remunerado.

Das cerca de 55 mil entidades consideradas pelo INE no âmbito da Economia Social em 2010, as Associações e outras OES (Organizações da Economia Social) representavam 94%.

Na distribuição do emprego remunerado (ETC), as Associações e OES representaram 64,9% do emprego, as Misericórdias 14,3%, as Cooperativas 14%, as Fundações 4,7% e as Mutualidades 2%.

De acordo com os resultados da Conta Satélite da Economia Social, em 2010, num universo de mais de 55 mil organizações da Economia Social, mais de cinco mil detinham o estatuto de IPSS, sendo a forma jurídica da maioria a de associação sem fins lucrativos (84,3%), seguindo-se as Misericórdias (6,8%), as Fundações (4,2%), as Mutualidades (2,4%) e as Cooperativas (2,3%), todas integrando o Setor Solidário,

2.3 As IPSS a nível nacional

As IPSS constituem o conjunto de organizações que detém o maior número de respostas sociais na Economia Social, ao colmatarem situações de carência e de desigualdade socioeconómica, dependência, exclusão ou vulnerabilidade sociais. O seu impacte económico e social é muito importante na sociedade portuguesa, sendo ainda mais relevante em momentos de crise.

As IPSS ocupam-se principalmente com os apoios a crianças e jovens, aos idosos, às famílias e à integração social e comunitária. Além disso, participam ainda na protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

As respostas sociais são organizadas com vista à satisfação das necessidades do utente.

As principais formas jurídicas das IPSS são:

- Santas Casas das Misericórdias;
- Centros Sociais e Paroquiais de Bem-Estar Social;
- Associações de Socorro Mútuo ou Mutualidades;
- Associações de Solidariedade Social, de iniciativa privada ou associativa.

Ainda com base nos dados da Conta Satélite da Economia Social, em 2010, as IPSS representaram 36,8% da produção, 50,1% do VAB, 63,4% do emprego, 42,6% das remunerações, 40,9% da despesa de consumo final e 38,2% da necessidade líquida de financiamento da economia social.

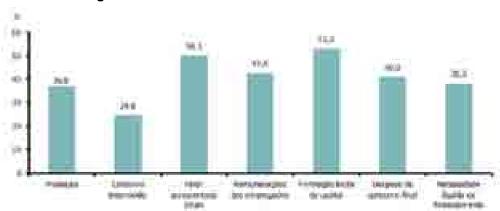


Figura 2: Peso relativo das IPSS na economia social

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social, 2010

A maior concentração de IPSS está nas zonas urbanas, principalmente nos distritos de Lisboa, Porto e Braga, tanto na capacidade das respostas sociais, como no número de respostas sociais (elementos quantitativos 2013, Carta Social).

Em 2012, por referência a 31 de Dezembro, identificaram-se em Portugal continental mais de 5.200 entidades proprietárias de equipamentos sociais, representando as entidades não lucrativas 71% e as entidades lucrativas 29% do universo. Do total das entidades não lucrativas, cerca de 90% são IPSS (Carta Social, 2012, GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento, do MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social).

O investimento público feito na última década contribuiu para alargar muito a rede de equipamentos e serviços sociais, o que tem permitido aumentar os níveis de protecção social das populações. Mas a taxa de utilização de alguns destes equipamentos - creches e serviços para idosos - tem vindo a diminuir.

Em 2012, a taxa de utilização das creches baixou 5%. No caso dos lares, centros de convívio, de dia e de apoio domiciliário, a redução de 2011 para 2012 foi de 1,5%. A redução do ritmo de crescimento do número de utentes destas respostas não tem acompanhado o aumento do número de lugares disponíveis, observando-se uma tendência inversa (Relatório 2012, Carta Social). Ao nível da primeira infância, a diminuição do número de crianças até aos 3 anos de idade, para além da actual conjuntura económica com efeitos no poder compra das famílias, podem constituir algumas das explicações para a redução do número de crianças em creche e ama.

No caso dos idosos, não há uma redução da população mais velha que explique a redução do número de utentes dos serviços para este grupo. Pelo contrário, o país continua a envelhecer. A tendência de decréscimo da taxa de utilização dos equipamentos para a terceira idade, que se tem mantido nos últimos anos resultará, assim, do aumento do número de lugares e provavelmente de alguma retracção das famílias (Relatório 2012, Carta Social).

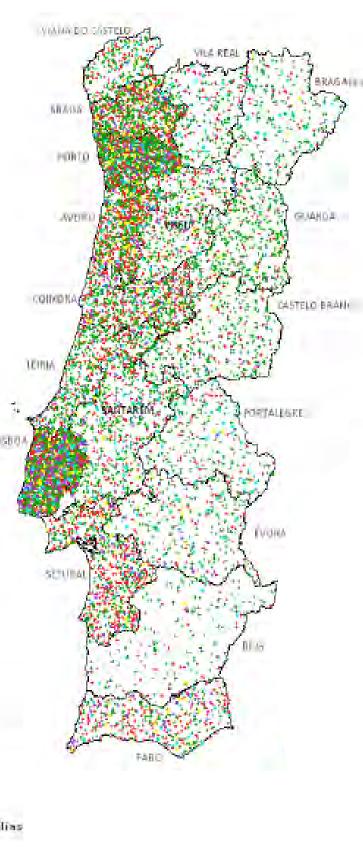
Como se pode observar no mapa apresentado, a distribuição de respostas sociais no Continente reproduz, em larga medida, o padrão de distribuição populacional, sendo que os territórios de maior densidade populacional constituem, quase sempre, as áreas de maior concentração de respostas.

populacional constituem, quase sempre, e maior concentração de respostas.

Respostas sociais por população-alvo:

Citanças e Jovens
Citanças, jovens e adultos com deficiência
Pessoas inosas
Familia e comunidade
Pessoas roxicodependentes.
Pessoas roxicodependentes.
Pessoas com doença do foro mental
Pessoas em situação de dependência
Fonte: Cai

Figura 3: Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo, Continente 2012



Fonte: Carta Social, Rede de serviços e equipamentos, Relatório 2012

Observa-se também que as respostas dirigidas à população idosa se encontram disseminadas por todo o território continental, enquanto as respostas para crianças e jovens se concentram principalmente nos meios urbanos, territórios com um maior peso de população jovem.

Como já referido, este projecto baseia-se na análise do impacte económico e social das IPSS em quatro concelhos: Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Montijo e Peniche.

O quadro abaixo apresenta a distribuição das respostas sociais para dois públicos-alvo específicos, nos 4 concelhos em estudo, comparando-a com a das correspondentes respostas no contexto nacional.

Quadro 1: Distribuição das respostas sociais, por concelho e a nível nacional em 2012 (nº respostas)

		Concelh	os		A nível nacional
	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche	(nº respostas / nº total de concelhos)
Crianças e jovens	3 a 4 respostas sociais	5 a 9 respostas sociais	10 a 49 respostas sociais	10 a 49 respostas sociais	<= 2 respostas / 27 concelhos 3 a 4 respostas / 61 concelhos 5 a 9 respostas / 71 concelhos 10 a 49 respostas / 97 concelhos >= 50 respostas / 22 concelhos
Pessoas idosas	20 a 49 respostas sociais	20 a 49 respostas sociais	20 a 49 respostas sociais	10 a 19 respostas sociais	1 a 4 respostas / 2 concelhos 5 a 9 respostas / 35 concelhos 10 a 19 respostas / 113 concelhos 20 a 49 respostas / 93 concelhos > = 50 respostas / 35 concelhos

Fonte: Rede de serviços e equipamentos, Relatório 2012, Carta Social

Em 2012, do total de 278 municípios do Continente, 274 ofereciam respostas sociais dirigidas às crianças e jovens, sendo que 190 apresentavam 5 ou mais respostas. Os concelhos do Montijo e Peniche encontravam-se ao mesmo nível da maioria dos municípios (97), com 10 a 49 respostas sociais para crianças e jovens. O Município de Idanha-a-Nova foi o que apresentou o menor número de respostas sociais para crianças e jovens (3 a 4 respostas), de entre os 4 municípios analisados (embora em comparação com a situação a nível nacional se enquadre na mesma situação de outros 61 municípios).

Isto justifica-se porque, por um lado, Idanha-a-Nova tem, de facto, uma menor proporção de crianças (de acordo com o Censos 2011, do INE, em Idanha-a-Nova a população residente dos 0-14 anos era apenas de 846 (8,7% da população total), enquanto a população acima dos 65 anos era 4.169 (42,9% do total)). Por outro, porque na maioria das freguesias não existe um número de crianças suficientes que justifique a existência, aí, de respostas sociais dirigidas a crianças, estando, por isso, toda a oferta de respostas sociais para crianças concentradas num número muito reduzido de instituições.

Da totalidade dos 278 concelhos do Continente em 2012, 241 tinham em funcionamento 10 ou mais respostas dirigidas à população idosa, dos quais 128 apresentavam mais de 20 respostas cada. Peniche tinha, em 2012, em relação aos outros 3 municípios analisados, um menor número de respostas sociais para a população idosa (10 a 19 respostas), embora se encontrasse na mesma situação que a maioria dos municípios portugueses (113). O facto da população idosa de Peniche ter ainda muito enraizadas as características de vila piscatória, onde a população se mantém ocupada e autónoma até mais tarde, contribui para esta situação.

Complementarmente, o quadro abaixo caracteriza as taxas de cobertura (indicador da proporção de território com oferta da resposta social) e de utilização (indicador da proporção de vagas ocupadas) das respostas sociais, tanto para os 4 concelhos em estudo como no contexto nacional.

Quadro 2: Taxa de cobertura e de utilização das respostas sociais, por concelho 2012 (%)

		A nível nacional (taxa de cobertura ou utilização /			
	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche	nº total de concelhos)
Creche e Ama (taxa de cobertura)	30,1 a 38	≥ 38	30,1 a 38	≥ 38	até 8% / 5 concelhos 8,1% a 15% / 2 concelhos 15,1% a 22% / 14 concelhos 22,1% a 30% / 22 concelhos 30,1% a 38% / 52 concelhos >38% / 183 concelhos Média continente (41,8%)
Creche e Ama (taxa de utilização)	61 a 70	71 a 80	81 a 90	>91	até 60% / 24 concelhos 61% a 70% / 34 concelhos 71% a 80% / 60 concelhos 81% a 90% / 87 concelhos >90% / 73 concelhos Média continente (83,4%)
Centro de Dia, Residência e Lar de Idosos e SAD (taxa de cobertura)	>20	11,2 a 16,8	11,2 a 16,8	5,7 a 11,1	até 5,6% / 2 concelhos 5,7% a 11,1% / 79 concelhos 11,2% a 16,8% / 84 concelhos 16,9% a 20% / 31 concelhos >20% / 82 concelhos Média continente (12,2%)
Centro de Dia, Residência e Lar de Idosos e SAD (taxa de utilização)	71 a 80	71 a 80	71 a 80	>90	até 60% / 5 concelhos 61% a 70% / 32 concelhos 71% a 80% / 88 concelhos 81% a 90% / 108 concelhos >90% / 45 concelhos Média continente (80,9%)

Fonte: Rede de serviços e equipamentos, Relatório 2012, Carta Social

A partir da análise deste quadro, é possível perceber o seguinte:

- 235 municípios (85% do total de concelhos do continente) registaram uma taxa de cobertura das respostas sociais creche e ama entre 30% a 38%, grupo no qual os concelhos do Montijo e de Idanha-a-Nova se encontram incluídos. Com uma taxa de cobertura acima dos 38% registam-se 183 municípios (66% do total), incluindo os concelhos de Peniche e de Macedo de Cavaleiros, estes com uma taxa de cobertura de apoio à primeira infância equivalente à média do continente.
- 160 municípios (57% do total) registaram uma taxa de utilização das respostas sociais creche e ama superior a 80%. Em termos concelhios verificou-se alguma assimetria na utilização das respostas sociais creche e ama, sendo que Idanha-a-Nova se destacou pela reduzida taxa de utilização, território que, como já se referiu, apresenta um peso relativamente baixo de crianças. Montijo e Peniche apresentaram uma taxa de utilização destas duas respostas sociais superior à média do continente, que se justifica pelo maior número de crianças e jovens entre os 0 e os 14 anos.
- 178 municípios (64% do total) registaram, em 2012, uma taxa de cobertura das respostas sociais para a população idosa superior à média (12,2%), dos quais 82 municípios, incluindo Idanha-a-Nova, apresentavam uma taxa acima dos 20%. Peniche encontrava-se, em 2012, com a taxa de cobertura das respostas sociais para a população idosa mais baixa dos 4 municípios analisados, justificada pela menor pressão para existência das mesmas.
- ▶ 153 municípios (55% do total) registaram, em 2012, uma taxa de utilização das respostas sociais para a população idosa superior à média do continente (80,9%), incluindo o concelho de Peniche. Os outros 3 concelhos analisados apresentaram uma taxa de utilização entre 71% a 80%, inferior à média do continente.

De uma forma geral, a crise e o menor poder de compra das famílias tem feito com que a procura por respostas sociais tenha vindo a abrandar. Ao mesmo tempo, muitas famílias, também fruto da diminuição de rendimentos, se têm vindo a ver "obrigadas" a retirar os seus familiares (sejam crianças ou idosos) das IPSS. Isto explica que, em poucos anos, tenhamos passado de uma realidade em que predominavam as listas de espera nas IPSS para uma realidade em que muitas IPSS já não conseguem preencher a totalidade das vagas de que dispõem.

Não obstante, a evolução da capacidade (nº de lugares) das respostas sociais para crianças e jovens tem registado, em alguns casos, um crescimento em função do aumento do número de respostas. Por exemplo, a resposta social Creche, registou um aumento de 51.000 lugares de 2000 para 2012, dos quais 6.200 foram criados só em 2012 (Relatório 2012, Carta social).

1805000 1000000 and our 1000 100 10 I List the Indiancia of Greetlat. Combine did Cerrmotelu hthridudin de furnert-ida NO LIVERING Commence ■ 3000A **# 24000** # F01W

Figura 4: Evolução da capacidade das respostas sociais para as crianças e jovens, no continente, entre 2000 e 2012

Fonte: Rede de serviços e equipamentos, Relatório 2012, Carta Social

A maioria das creches (74%) do país pertence ao sector não lucrativo (ou seja, comparticipado pelo Estado), em que as mensalidades pagas pelas famílias são determinadas em função dos rendimentos das respectivas famílias. As restantes 26% são de entidades com fins lucrativos. Porém, a realidade do país está longe de ser uniforme, conforme evidenciado na figura seguinte.

Tendo presente que a cobertura média destas 2 respostas sociais (creche e ama), no continente, é de 46,2%, a análise da figura permite-nos retirar algumas elações:

- Porto (32%), Setúbal (41,2%) e Lisboa (43,1%), apresentavam a cobertura mais baixa das respostas sociais creche e ama para a procura existente;
- O distrito de Leiria, ao qual pertence o concelho de Peniche, apresenta valores de cobertura das 2 respostas sociais de 50,6% no geral das entidades, e de 37,9% de cobertura desenvolvidas por entidades não lucrativas (IPSS e outras equiparadas);
- O distrito de Setúbal, ao qual pertence o concelho de Montijo, apresenta valores de cobertura geral de 41,2%, e de 28,1% para entidades não lucrativas;
- O distrito de Castelo Branco, ao qual pertence Idanha-a-Nova, apresenta valores de cobertura geral de 72,8%, e de 69,6% para entidades não lucrativas;
- O distrito de Bragança, ao qual pertence o concelho de Macedo de Cavaleiros, apresenta valores de cobertura geral de 64,9%, e de 59,8% para entidades não lucrativas.

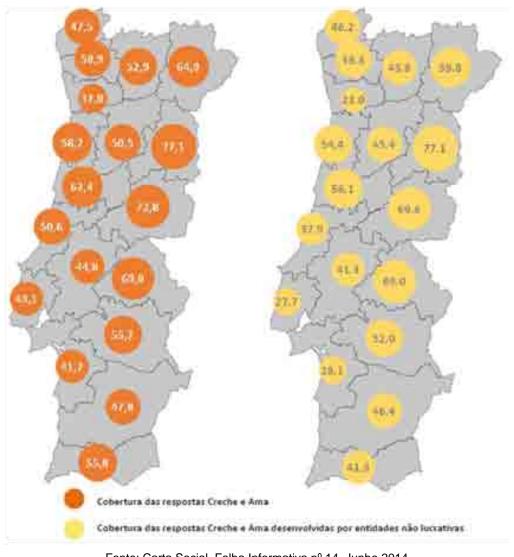


Figura 5: Taxa de cobertura (%) das respostas sociais creche e ama, por distrito (2013)

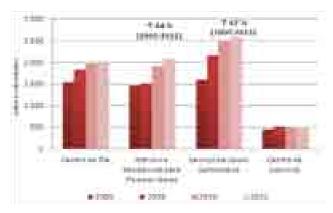
Fonte: Carta Social, Folha Informativa nº 14, Junho 2014

Verifica-se, assim, que a cobertura das respostas sociais creche e ama nos distritos rurais é superior à média no continente. Existe, também, uma diferença significativa na cobertura destas respostas sociais entre os distritos do litoral e os distritos do interior, sendo que o peso das entidades sem fins lucrativos (IPSS e outras) nas respostas sociais creche e ama é superior nos distritos do interior.

No caso dos equipamentos para a terceira idade, surgiram, desde o ano 2000, 84 mil novos lugares. O serviço de apoio domiciliário, lares e centros de dia têm actualmente capacidade para mais 240 mil pessoas. A taxa de utilização destas respostas sociais era, em 2012, de 93,4%, o que revela um bom aproveitamento da capacidade instalada (Relatório 2012, Carta Social).

Conforme se pode observar na figura seguinte, registou-se um desenvolvimento expressivo das respostas sociais para as pessoas idosas no período em análise (2000-2012), reflectindo-se em mais 2.100 novas respostas sociais. O Serviço de Apoio Domiciliário constitui a resposta social com maior crescimento (62%).

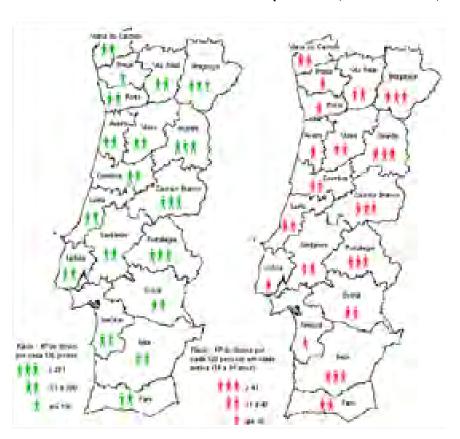
Figura 6: Evolução das respostas sociais para as pessoas idosas, no continente, entre 2000 e 2012



Fonte: Rede de serviços e equipamentos, Relatório 2012, Carta Social

O aumento expressivo das respostas sociais para a população idosa do ano 2000 para 2012 tem que ter em conta o facto de o peso da população portuguesa com mais de 65 anos passar de 11,4% em 2001 para 19,1% em 2011 (Recenseamento Geral da População - Censos, INE).

Figura 7: Índice de envelhecimento e Índice de dependência, no Continente, em 2011



Fonte: Carta Social, Folha Informativa nº 09, Novembro 2012

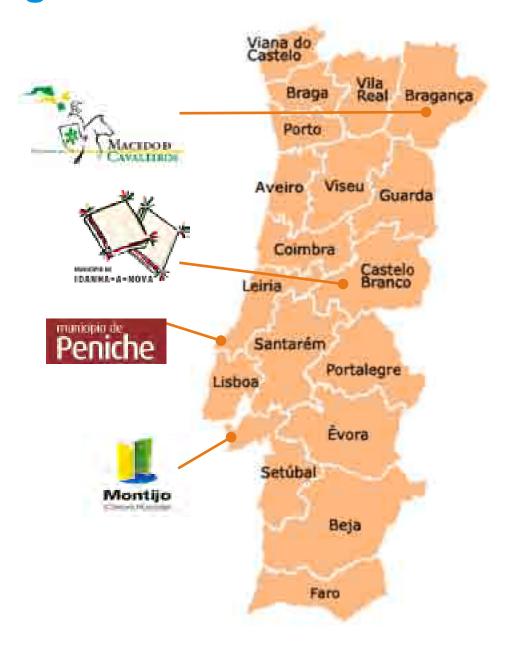
A nível distrital são visíveis as assimetrias entre os distritos do interior do país, particularmente Bragança, Castelo Branco e Portalegre, que apresentam os índices de envelhecimento e de dependência mais elevados, e os distritos da faixa litoral que, pelo contrário, apresentam índices mais baixos, o que é revelador da maior proporção de população idosa nos concelhos do interior do país.

Indicadores sociais nos quatro concelhos

3.1 Território e demografia

A escolha dos 4 concelhos alvo deste projecto obedeceu aos seguintes critérios: Litoral vs. Interior, Rural vs. Urbano, População jovem vs. População envelhecida, bem como, estrutura económica diferenciada. Neste sentido, foram escolhidos os concelhos de Idanha-a-Nova, de Macedo de Cavaleiros, do Montijo e de Peniche.

Figura 8: Localização relativa dos 4 concelhos em análise



As diferentes estruturas demográficas destes 4 concelhos estão bem patentes nas pirâmides etárias que se apresentam abaixo. Idanha-a-Nova, concelho claramente envelhecido, apresenta uma pirâmide invertida, reveladora de que a proporção de idosos é francamente superior à dos jovens. Esta situação, só por si, induz uma evidente maior necessidade de respostas sociais direccionadas para a população idosa. Macedo de Cavaleiros, outro concelho de interior e também de cariz rural, apresenta uma pirâmide representativa de uma situação de transição, que denota já um maior peso da população idosa face à dos jovens, mas onde predomina ainda a população adulta compreendida entre os 45 e os 70 anos de idade. O caso do Montijo traduz uma situação diferente e interessante.

O pico de população com idade compreendida entre os 30 e os 40 anos de idade é justificado pelo grande número de nascimentos após o 25 de Abril, filhos de casais que migraram para a cintura industrial da margem sul e aí se fixaram. Mostra uma pirâmide etária relativamente jovem, pelo que a maior necessidade de respostas sociais é certamente para esse grupo etário.

Finalmente, Peniche apresenta uma estrutura demográfica ainda com traços de juventude mas onde a redução da natalidade nas últimas duas décadas é já bem visível. A continuar assim, rapidamente inverterá a situação.

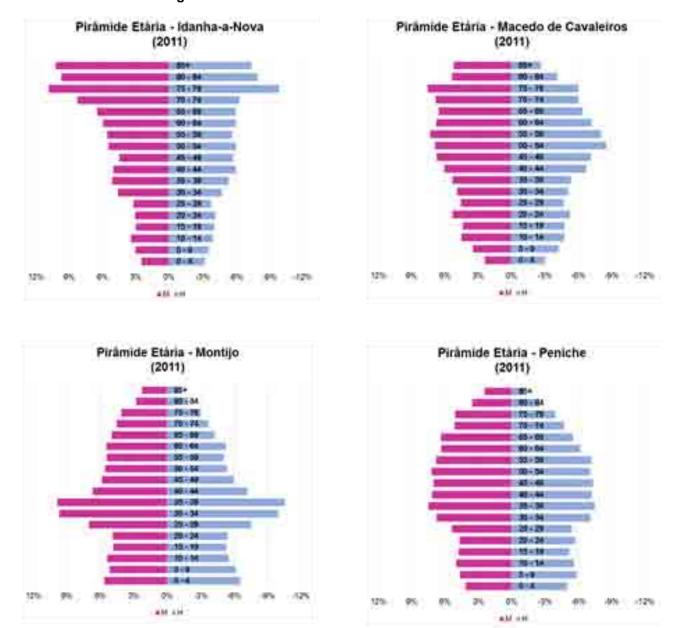


Figura 9: Pirâmides etárias dos 4 concelhos em análise

Fonte: INE, Estatísticas da População, Censos 2011

O quadro abaixo mostra, de forma mais agregada, estas diferenças de estrutura da população nos 4 concelhos em apreço. Montijo, concelho mais equilibrado, com uma proporção de jovens idêntica à de idosos e onde a população em idade activa ronda os dois terços da população total. Idanha, no outro extremo, aproxima-se de uma situação em que quase metade da sua população tem mais de 65 anos de idade e onde os jovens com menos de 15 anos de idade já não chegam a 10%.

Quadro 3: População residente, por grandes grupos etários e por concelho

	População Residente						
	Total	0 a 14	15 a 64	65 e +	0 a 14	15 a 64	65 e +
Idanha-a-Nova	9.716	846	4.701	4.169	8,7%	48,4%	42,9%
Macedo de Cavaleiros	15.776	1.848	9.493	4.435	11,7%	60,2%	28,1%
Montijo	51.222	8.506	34.147	8.569	16,6%	66,7%	16,7%
Peniche	27.753	4.119	17.932	5.702	14,8%	64,6%	20,5%

Fonte: INE, Estatísticas da População, Censos 2011

Outro dado útil para esta análise é o relativo à população idosa isolada, pela potencial necessidade de maiores preocupações. Estes dados revelam que é sobretudo nas áreas rurais que a percentagem da população isolada é mais elevada, donde resulta também maior preocupação, uma vez que são estes que requerem mais cuidados e cuidados mais complexos. Idanha-a-Nova revela-se, uma vez mais, o concelho mais frágil demograficamente: famílias de menor dimensão, maior proporção de população isolada e maior proporção de população idosa isolada.

Quadro 4: Dimensão das famílias e população isolada, por concelho

	Nº de famílias	Nº médio de pessoas por família	Nº de idosos (+65) a viver sozinhos	% de pop. isolada (sozinhos)	% de idosos isolados (sozinhos)
Idanha-a-Nova	4.359	2,23	1.020	10,5	24,5
Macedo de Cava- leiros	6.259	2,52	864	5,5	19,5
Montijo	20.506	2,50	1.838	3,6	21,4
Peniche	10.894	2,55	1.254	4,5	22,0

Fonte: INE, Estatísticas da População, Censos 2011

A par da situação demográfica, a localização geográfica e, principalmente, a distância aos locais onde estão localizadas as respostas sociais, deve ser merecedora de atenção.

Sendo certo que há respostas sociais que requerem uma maior proximidade aos utentes (como é o Serviço de Apoio Domiciliário ou o Centro de Dia) e outras que, até pelos elevados investimentos a que obrigam, existem em menor número e tendem a estar localizadas nos aglomerados populacionais de maior dimensão (Lares e Unidades de Cuidados Continuados), os custos com algumas das deslocações às IPSS não são despiciendos e influenciam frequentemente a capacidade dos familiares dos utentes em se deslocarem a esses serviços para os visitar.

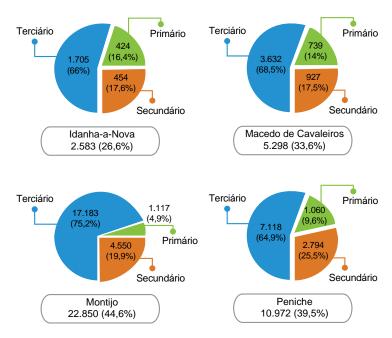
Com efeito, uma vez que nos concelhos de cariz mais rural a mobilidade é mais difícil, pois não existem serviços de transporte público regulares e frequentes como o conhecemos nas principais cidades, faz com que as pessoas tenham, muitas vezes, que recorrer ao transporte por táxi, o que é uma alternativa muito dispendiosa para estas pessoas, que têm geralmente rendimentos baixos.

O emprego e a economia estão relacionados muito estritamente com a maior ou menor necessidade de respostas sociais, obrigando as instituições de solidariedade social a terem um papel mais relevante no apoio a prestar a essas populações.

O quadro abaixo mostra a proporção da população empregada em cada concelho, assim como em que sector o emprego é predominante. Estes elementos tornam mais compreensível a análise dos dados demográficos dos concelhos em análise. Algumas especificidades dos concelhos em análise, nomeadamente o peso importante da pesca em Peniche e o facto do concelho do Montijo estar dividido geograficamente em dois sectores - um claramente mais urbano, outro onde a agro-pecuária tem um peso muito importante, devem ser tidas em conta, apesar de não alterarem os dados globais apresentados.

3.2 Emprego e economia

Figura 10: População empregada segundo os Censos: total e por sector de actividade económica



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2011

Importa, ainda, ter em conta os dados do ganho médio mensal ou de poder de compra. É sabido que, em média, os vencimentos são mais elevados nas áreas urbanas. Estas diferenças ao nível dos rendimentos da população influenciam significativamente a relação custos versos receitas das instituições de solidariedade social, na medida em que a discrepância regional dos rendimentos da população é superior à discrepância regional dos custos das instituições, facto relevante dado que uma parte significativa destas instituições destas receitas advém das mensalidades pagas pelos utentes, as quais são calculadas em função dos rendimentos destes².

² Em concelhos como o de Macedo de Cavaleiros, onde é significativo o peso de emigrantes do concelho no estrangeiro, os menores ganhos médios mensais e de poder de compra são atenuados por os filhos, por vezes, suportarem os custos dos pais idosos residentes em instituições de solidariedade social.

Idanha-a-Nova Macedo de Cavaleiros 47,32 69.5 Ganho médio Mensal Poder de compra Poder de compra Ganho médio Mensal per capita por trabalhador por trabalhador per capita Montijo Peniche 975.65 104 4 846.87 86,3 Poder de compra Ganho médio Mensal Ganho médio Mensal Poder de compra por trabalhador per capita per capita por trabalhador

Figura 11: Ganho médio mensal por trabalhador e poder de compra per capita (indice 100)

Fontes: Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual - MTSS / Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2011. Poder de compra, PORDATA, 2011

Na mesma linha de análise, os níveis de desemprego influenciam a capacidade das famílias para fazer face aos custos inerentes aos serviços prestados pelas instituições de solidariedade social de que beneficiam.

Neste caso, são também os concelhos de cariz mais rural aqueles onde o desemprego assume um maior impacte, mesmo quando comparados com a população empregada, conforme mostra o quadro abaixo.

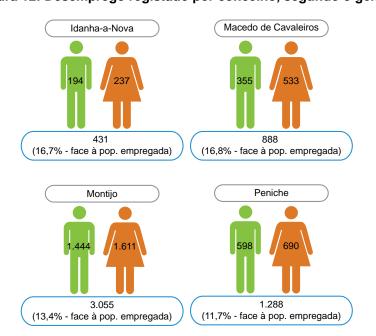


Figura 12: Desemprego registado por concelho, segundo o género

Fonte: IEFP, Estatísticas mensais, por concelho, Julho 2014

As IPSS nos quatro concelhos

4.1 Enquadramento das IPSS

A recolha de elementos relativos às IPSS dos 4 concelhos foi iniciada em Janeiro deste ano e prolongou-se até Outubro de 2014. A obtenção dos elementos pretendidos, nomeadamente os dados contabilísticos, foi mais difícil que o esperado, apesar da garantia dada de que só se analisariam e se apresentariam dados agregados. Esta dificuldade motivou, por um lado, o prolongamento do período para recolha de informação e, por outro, a que só fossem consideradas 37 IPSS (das quais recebemos a totalidade dos dados solicitados), de um universo total de 51 IPSS.

Para além dos contactos efectuados com todas as instituições que nos foram indicadas pelas Redes Sociais dos 4 concelhos, foram ainda contactados os executivos municipais e as direcções das redes sociais dos quatro concelhos.

Razões várias foram apontadas para a recusa de informação por parte de 14 das 51 IPSS nomeadamente por escassez de meios humanos para dar resposta às sucessivas solicitações que, frequentemente, inúmeras entidades e projectos lhes dirigem; ou por não lhes parecer razoável colaborar com os seus dados, dado não terem quaisquer serviços protocolados com a Segurança Social.

No conjunto dos 4 concelhos, foi possível trabalhar com um universo de 37 IPSS. Esta redução de âmbito não terá grande impacte no cálculo do SROI (de acordo com os pressupostos explicitados no ponto relativo à metodologia). Já no cálculo do impacte económico ao nível da produção, VAB e Emprego, esta redução não é despicienda. Assim, tentámos ultrapassar esta limitação extrapolando, como atrás referimos, os números para o universo total, tendo em conta o número de utentes do total das 51 Instituições e os valores médios encontrados para as 37 Instituições para as quais tínhamos dados.

Apresenta-se abaixo uma pequena caracterização da situação em cada um dos 4 concelhos.

Idanha-a-Nova

- O maior empregador do concelho é a Câmara Municipal, seguido da Santa Casa da Misericórdia de Idanha;
- Na maiora das freguesias, as IPSS são o maior empregador tendo mais trabalhadores que o sector publico incluindo os trabalhadores das Juntas de Freguesia;
- O défice de inter-relacionamento entre IPSS é reconhecido por elas próprias. A maior parte está mais centrada na gestão individual, existindo, no entanto, casos de partilha de recursos entre IPSS para encontros/festividades;
- O Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento (CMCD) é o responsável pela dinamização da RIS Rede Integrada de Serviços de Apoio, que visa apoiar as 14 IPSS associadas, através de uma equipa de técnicos de acção social, animadores, terapeutas, entre outros;
- A Câmara Municipal providencia apoio às IPSS através da requalificação de equipamentos, recursos materiais, entre outros;

- Maioritariamente, os utentes das IPSS deste concelho s\(\tilde{a}\) idosos, na faixa dos 80 anos, e ligados
 à freguesia onde vivem. H\(\tilde{a}\) alguns casos de idosos isolados;
- A maioria das IPSS tem listas de espera para as respostas sociais de lar e centro de dia. A contribuir para as listas de espera estão alguns casos de idosos, que voltaram à sua terra de origem após vários anos de ausência, pela ligação à terra, qualidade do serviço prestado e pelos preços praticados;
- Existem critérios na entrada de utentes, sendo dada prioridade aos utentes residentes nas freguesias respectivas. Existe também procura de utentes de outros concelhos, nos casos em que as freguesias são limítrofes;
- Nas freguesias mais rurais, os idosos, quando recebem as reformas, querem ir logo pagar a mensalidade na IPSS;
- A maioria das IPSS tem acordos com a Segurança Social para a totalidade dos utentes. As que não conseguiram todos os acordos mencionam que é muito complicado sobreviver;
- Os trabalhadores das IPSS normalmente também são pessoas da terra;
- Os fornecedores das IPSS s\u00e3o maioritariamente do concelho, mas tamb\u00e9m h\u00e1 casos que v\u00e0m da cidade de Castelo Branco (principalmente as de maior dimens\u00e3o, como por exemplo a Santa Casa da Miseric\u00f3rdia de Idanha;
- O programa de emergência alimentar (cantinas sociais) existe no concelho.

Macedo de Cavaleiros

- Concelho que vive essencialmente da agricultura (azeite, vinho, castanha e amêndoa) e dos serviços;
- Rede social activa, com desenvolvimento de projectos com a Câmara Municipal e entre IPSS, no sentido de angariar fundos e resolver problemas comuns;
- A Santa Casa da Misericórdia é, a seguir à Câmara Municipal, o principal empregador do concelho;
- Ao nível do serviço de apoio domiciliário existe uma boa cobertura pelas IPSS mas os acordos de cooperação ainda ficam aquém das necessidades;
- A resposta social de lar apresenta uma taxa de cobertura baixa, embora os lares que existem tenham óptimas condições;
- Uma das IPSS do concelho desenvolve um trabalho de apoio aos deficientes e suas famílias, desde 2004. É das IPSS mais activas do concelho, muito aberta à comunidade e sempre a tentar encontrar formas de financiamento diferenciadas campanhas, feiras, protocolos, entre outros. Tem uma empresa de inserção na área da jardinagem com 7 trabalhadores, que presta serviços a particulares e que tem um protocolo com o município.

- Outra das IPSS do concelho tem, como principal actividade a assistência à terceira idade através das respostas sociais de Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD. Tem 3 propriedades com vinha e olival em que tudo o que produzem é consumido internamente. No âmbito do programa de emergência alimentar (cantinas sociais) esta Instituição disponibiliza às famílias mais carenciadas, desde julho de 2012, cerca de 65 refeições por dia, tendo aumentando em 2014 para cerca de 100 o apoio oferecido. Os trabalhadores que emprega na área social e agrícola são maioritariamente desempregados e contratados através do Centro de Emprego;
- Outra das IPSS do concelho tem como missão contribuir para o Desenvolvimento Humano e Social do território, procurando promover processos de inclusão social, quer através da promoção da saúde, quer através da colaboração em projectos de índole social. Conta com 700 sócios diabéticos e não diabéticos, no entanto as suas acções também vão de encontro à população em geral para a prevenção da diabetes.

Montijo

- A rede social/CLAS articula a intervenção social dos diferentes agentes locais e das várias parcerias, sendo a Câmara Municipal a entidade que promove a maioria das iniciativas;
- A Câmara Municipal criou um gabinete de apoio sénior e de projectos relacionados com a 3ª idade através da academia sénior;
- Existe um défice de lugares na resposta social de Lar de Idosos, com uma lista de espera de cerca de 250 pessoas;
- As respostas sociais de Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário apresentam uma boa cobertura no concelho:
- Grande relevância do Programa PARES no alargamento das respostas sociais, nomeadamente na de creche, embora actualmente ainda se verifique um défice de lugares;
- Para além das IPSS, no final de 2012 existiam no concelho 12 equipamentos privados na área da infância e 7 equipamentos na área dos idosos;
- O nº de utentes com acordo nas IPSS era, no final de 2012, de 2941, repartidos pelas várias instituições e respostas sociais;
- Uma das IPSS visitadas para este estudo tem equipamentos em 3 freguesias: um centro de convívio para idosos e uma creche; a sede, um centro de convívio e de dia para idosos, apoio domiciliário e um serviço de apoio a jovens. Também nesta freguesia a IPSS tem um centro de acolhimento temporário de crianças; no Montijo tem um lar com 14 jovens. Estas são as únicas respostas sociais no concelho para crianças em risco. Esta IPSS tem, ainda, parcerias/programas de voluntariado com o município, com várias empresas privadas, agrupamento de escolas, centro de emprego, entre outros. De acordo com a IPSS, os utentes têm actualmente mais dificuldade em pagar a mensalidade. Existe, por isso, a preocupação por parte da instituição em fazer ajustes ao valor final da mensalidade. Ainda de acordo com esta IPSS, era importante existir um centro de noite para o apoio aos idosos;

- No âmbito do Programa de emergência alimentar (cantinas sociais) foram assinados em 2012 protocolos com a Santa Casa da Misericórdia do Montijo e com o Centro Paroquial e Acção Social Padre Manuel Gonçalves, no sentido de disponibilizarem refeições diárias às famílias mais carenciadas;
- Outra das IPSS do concelho tem respostas sociais de creche, pré-escolar, centro de dia e lar e está localizada num bairro social. Esta IPSS considera que o concelho se encontra bem servido pelo pré-escolar. Caso existam dificuldades das famílias em pagar a mensalidade, a situação é analisada, mas nunca recusam a entrada/permanência da criança.

Na opinião da IPSS, a Rede Social é activa e existe espaço aberto ao diálogo entre as IPSS e com outras entidades. Existe alguma partilha de recursos, não entre IPSS, mas com outras entidades (bombeiros, sociedades recreativas,...).

Por solicitações dos idosos, era importante existir um centro de noite. A IPSS funciona como mediadora na distribuição de alimentos a 160 famílias sinalizadas do banco alimentar, em articulação com a Câmara Municipal, e como beneficiária na recolha de alimentos, uma vez por semana, para consumo interno.

A IPSS refere ainda que, sem os acordos com a Segurança Social, era impossível manter a estrutura da associação em funcionamento;

Outra das IPSS do concelho apresenta quatro respostas sociais: centro de dia, apoio domiciliário (SAD), pré-escolar e creche, com um total de 94 utentes. Fica afastada cerca de meia hora da cidade do Montijo, já num contexto mais rural, havendo mais idosos do que jovens a residir na freguesia. Como estão próximos do concelho de Coruche, aceitam utentes das freguesias limítrofes. A IPSS tem-se deparado com menos procura no apoio domiciliário e no lar, por dificuldades financeiras das famílias. Não tem listas de espera desde 2013.

Os idosos fazem todas as refeições na Casa do Povo, inclusive aos fins-de-semana. Os idosos referem muitas vezes que era importante a existência de um centro de noite.

No que respeita às crianças, mesmo que os pais das crianças não consigam pagar as mensalidades por dificuldades económicas, estas não são retiradas da IPSS. Conseguem colmatar algumas dificuldades em termos de recursos humanos, como psicólogo e terapeuta da fala, com projectos de intervenção precoce, promovidos pelo Estado.

Para além dos utentes habituais, todos os dias batem à porta pessoas para resolverem situações do dia-a-dia: apoio no IRS, preencher papéis, situações de saúde, entre outros. A ninguém é recusada ajuda e tentam dar todo o apoio necessário.

Têm uma sala com instrumentos musicais, com o acompanhamento de professores, para que crianças e jovens da freguesia os possam usufruir de forma gratuita.

Peniche

De uma forma geral, todas as instituições consideram que é impossível assegurarem a sua missão e os serviços prestados sem as transferências do Estado, venham essas transferências da Segurança Social ou de outra fonte qualquer. Isto, porque é um concelho onde o nível médio de rendimentos é baixo, pelo que as famílias não conseguem pagar mais do que pagam, o tecido empresarial é fraco, pelo que não podem contar com apoios no âmbito do mecenato, e, ainda, porque consideram que é obrigação/dever do Estado comparticipar.

- É igualmente opinião geral que a Rede Social / CLAS é útil, mas fica um pouco aquém das expectativas e das necessidades. Intervém razoavelmente na disseminação de informação e na promoção conjunta de eventos festivos, mas não tem qualquer intervenção ao nível da partilha de recursos, em parte pelo espírito, mais de concorrência do que de cooperação entre as instituições.
- Em contrapartida, existe em Peniche o GPS (Gabinete de Proximidade e Sustentabilidade), que colmata algumas lacunas apontadas à Rede Social/CLAS, por exemplo, envolvendo as direcções técnicas das instituições;
- Todas as instituições têm vindo a fazer um esforço por racionalizar o quadro de pessoal, mas a maioria considera que é hoje mais difícil assegurar a qualidade dos serviços, porque têm menos pessoal ao serviço;
- Há um sentimento generalizado de que o impacte das IPSS é menor que o que poderia ser, porque ocupam muitos recursos com burocracias em vez de os ocuparem a servir as pessoas;
 - Todas as instituições afirmam que nunca recusaram a continuidade de uma criança na instituição pelo facto dos pais não poderem pagar a mensalidade (significativo ao nível do impacte social).
- Uma das IPSS tem conseguido compensar o menor efectivo de recursos humanos com a maior polivalência de cada um. Tem conseguido ganhos de eficiência através de uma maior preocupação com a reutilização de produtos (menor desperdício). Tem também casos de funcionários a quem ajudam com produtos do Banco Alimentar da própria IPSS (igualmente significativo ao nível do impacte social). Esta IPSS tem registado menor procura de utentes, em consequência da menor natalidade; da maior emigração e do maior desemprego. Considera, ainda, que a Segurança Social deveria ter um papel mais interventivo na gestão da rede de equipamento sociais, o que levaria a ganhos de eficiência e menores custos globais.
- Outra das IPSS sente que dá muito às Redes Sociais, mas não vê retorno. Esta IPSS considera: que a Rede Social / CLAS deveria proporcionar a partilha de competências, deveria ser uma efectiva parceria para o desenvolvimento, deveriam haver relações de compromisso; que a Rede Social / CLAS deveria ter uma função reguladora na gestão da oferta de respostas sociais, deveria ser um espaço de maior visibilidade da oferta de respostas sociais, recorrendo à internet, nomeadamente às redes sociais; que divulgar boas práticas é bom, mas não chega. As instituições com boas práticas deveriam conseguir ensinar as outras a implementar as boas práticas. Mas não há tempo nem recursos para tal.
- Uma vez que trabalham maioritariamente com adultos com deficiência, o facto de não existir em Peniche um tecido empresarial forte, dificulta a integração dos seus utentes nas empresas.
- Outra das IPSS considera que há instituições a mais, o que conduz à grande dificuldade em alcançar economias de escala e a sustentabilidade das instituições. Considera também que a implementação de uma Central de Compras seria desejável, mas é difícil porque esbarra no interesse das direcções em manter a sua rede de contactos/clientelismo; Considera, ainda, que uma Central de Compras seria desejável apenas para as compras de maior investimento e para produtos que não existem na maioria dos locais. Já para os produtos do dia-a-dia, preferem privilegiar a dinamização do comércio e da economia local (significativo ao nível do impacte económico). Por outro lado, a própria União das Misericórdias Portuguesas tem já diversos protocolos com empresas, que permitem às Misericórdias compras a preços mais competitivos.

As IPSS em análise são caracterizadas agrupadas, por concelho, no que diz respeito aos seus utentes, trabalhadores, financiamento das actividades desenvolvidas, produção e VAB, no seu conjunto e por resposta social.

4.2 Caracterização das IPSS

4.2.1 Utentes

A utilização da capacidade instalada nas 37 IPSS é mais significativa nos municípios do Litoral, Montijo e Peniche, com 95% e 96% de utilização da capacidade instalada, respectivamente.

Quadro 5: Caracterização dos utentes

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
Capacidade Instalada	675	825	2.894	2.304
Nº utentes - total	586	674	2.758	2.214

Figura 13: % de utilização da capacidade instalada

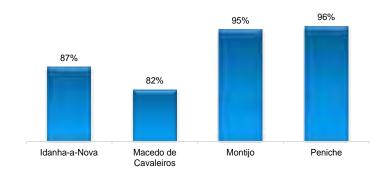
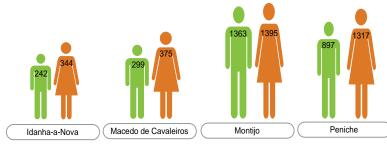


Figura 14: Percentagam de utentes face à população

Nos municípios em análise, os utentes representam entre 4 e 8% da população. Salienta-se o município de Peniche em que as IPSS apoiam um total de 8% da população do município.



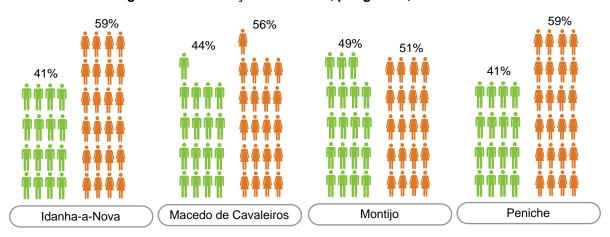
Figura 15: Caracterização dos utentes, por género



No município do Montijo a distribuição entre géneros é muito semelhante, enquanto que nos restantes municípios se verifica uma predominância de utentes do género feminino. Tendo em conta que nos municípios estudados a população do género feminino representa cerca de 52% do total, mas que a percentagem de utentes do género feminino nas IPSS ultrapassa, regra geral (com excepção

do Montijo), essa proporção, pode concluir-se que o género feminino é, genericamente, maior utilizador dos serviços prestados pelas IPSS que o género masculino.

Figura 16: Distribuição de utentes, por género, sobre o total

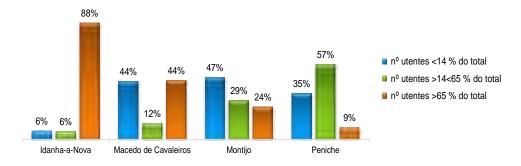


Por grupo etário, verifica-se que a representatividade dos jovens é mais significativa no município do Montijo. Já no município de Peniche são os utentes entre os 14 e os 65 anos que apresentam um peso mais significativo. Em Idanha-a-Nova o grupo etário predominante é o dos idosos (mais de 65 anos).

Quadro 6: Caracterização dos utentes, por grupo etário

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
nº utentes <14	37	295	1.283	766
nº utentes >14<65	35	80	807	1.251
Nº utentes >65	514	299	668	197

Figura 17: % de utentes, por grupo etário face ao total

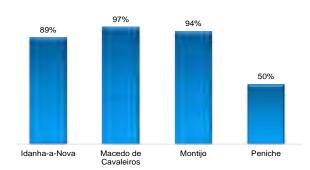


Em média, cerca de 78% dos utentes são alvo de protocolo com o Estado e cerca de 74% dos utentes são residentes no respectivo município.

Quadro 8: Caracterização dos utentes, com acordo/protocolo e origem geográfica

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
nº utentes acordo/protocolo	519	656	2.587	1.101
nº utentes naturais concelho	563	541	1.759	877
nº utentes residentes concelho	577	604	2.373	1.066
nº de IPSS	14	6	11	6

Figura 18: Caracterização dos utentes, com acordo/protocolo



Efectuando a análise por município, verifica-se que o de Macedo de Cavaleiros é o que apresenta maior apoio relativo de protocolos com o Estado/Segurança Social. Ao mesmo tempo, no município de Peniche, as IPSS operam com menor apoio de protocolos com o Estado/Segurança Social.

Figura 19: Caracterização dos utentes, segundo a origem geográfica

Nos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, existe maior peso relativo de utentes naturais e residentes nos respectivos municípios do que nos municípios do Litoral, Montijo e Peniche, fenómeno certamente explicado pelos fenómenos migratórios.

Por grupo etário, verifica-se que a cobertura da população jovem assume grande importância, a variar, ainda assim, entre os 4% e os 17%. Nos municípios do litoral, Montijo e Peniche, a maior cobertura da população jovem (menos de 14 anos) assume maior relevo, enquanto nos municípios do

nº utentes residentes concelho / nº total de utentes

96% 98% 80% 64% 40% 48% 40% Idanha-a-Nova Macedo de Cavaleiros Montijo Peniche

nº utentes naturais concelho / nº total de utentes

interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, o maior destaque vai para a cobertura da população idosa (mais de 65 anos).

De salientar, ainda, que o apoio domiciliário a idosos apresenta níveis de cobertura bastante significativos, sobretudo quando se considera a população de idosos a viver sozinhos, em que Idanha-a-Nova chega aos 21%.

Quadro 9: Caracterização dos utentes das IPSS face à população do concelho e grupo etário

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
nº utentes - total	586	674	2.758	2.214
% da população concelho	6%	4%	5%	8%
nº utentes <14	37	150	1.175	691
% da população concelho <14	4%	8%	14%	17%
14< nº utentes <65	25	786	1.008	1.326
% da população concelho >14 e <65	1%	8%	3%	7%
nº utentes >65	468	299	435	197
% da população concelho >65	11%	7%	5%	3%
nº utentes Serviço Domiciliário idosos	213	133	270	136
% nº idosos a viver sozinhos	21%	15%	15%	11%

Elementos do concelho, Fonte: INE - Censos 2011

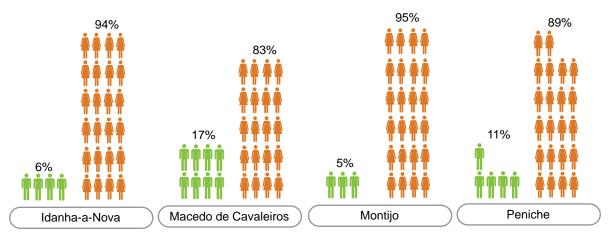
4.2.2 Trabalhadores

Nas IPSS em análise existe uma clara predominância de colaboradores do género feminino, sendo essa prevalência mais expressiva nos municípios do Montijo e de Idanha-a-Nova.

Quadros 10: Caracterização dos trabalhadores

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
nº trabalhadores - Total	198	203	764	299
Nº trabalhadores - F	187	168	726	266
Nº trabalhadores - M	11	35	38	33

Figura 20: Caracterização dos trabalhadores, por género



Por grupo etário, verifica-se uma predominância de colaboradores entre os 30 e os 50 anos. Por outro lado, o número de trabalhadores com mais de 50 anos assume maior expressividade que os com idade inferior a 30 anos, o que revela, certamente, dificuldade em fazer novas contratações de pessoal mais jovem.

Quadro 11: Caracterização dos trabalhadores, por grupo etário

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
Nº trabalhadores - 20/30	20	39	71	37
Nº trabalhadores - 30/40	58	67	216	112
Nº trabalhadores - 40/50	72	53	251	85
Nº trabalhadores >50	48	44	226	65

Figura 21: Caracterização dos trabalhadores, por grupo etário

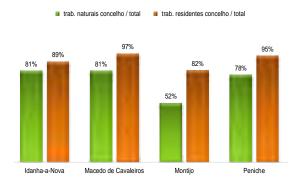


A remuneração média mensal varia entre 573 euros e 779 euros, apresentando o município de Idanha-a-Nova o montante mais baixo, 573 euros, e o município de Peniche a remuneração média mensal mais elevada em termos absolutos, 779 euros.

Quadro 12: Caracterização dos trabalhadores, segundo a remuneração média e origem geográfica

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
remuneração média	573	696	724	779
trab. naturais concelho	161	165	401	232
trab. residentes concelho	177	196	624	283

Figura 22: Caracterização dos trabalhadores, por origem geográfica



Na maioria dos municípios, quer os colaboradores naturais do município, quer os colaboradores residentes, representam valores muito significativos, perto ou acima dos 80%. A única excepção é o Montijo em que os colaboradores naturais do município pouco passam dos cerca de 50% e os residentes pouco mais de 80%.

Ao nível da distribuição dos trabalhadores segundo as habilitações literárias, notam-se algumas diferenças quando comparamos os 4 concelhos em análise. Por exemplo, o menor peso de licenciados nas IPSS de Idanha-a-Nova deve-se, certamente, ao facto de haver aí (de

acordo com as respostas obtidas) menor peso das respostas sociais para crianças, que são as que normalmente requerem maior número de técnicos com qualificação de nível superior.

Quadro 13: Caracterização dos trabalhadores, segundo as habilitações literárias

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
nº trabalhadores - primário	28%	22%	23%	22%
nº trabalhadores - básico	22%	12%	17%	19%
nº trabalhadores - secundário	39%	37%	35%	30%
nº trabalhadores - licenciatura	11%	28%	25%	29%

Figura 23: Caracterização dos trabalhadores, segundo as habilitações literárias



Com excepção de Idanha-a-Nova, os outros três municípios apresentam, simultaneamente, uma maior quantidade relativa de utentes nas respostas sociais de Creche, Jardim de Infância e ATL, assim como maior percentagem de colaboradores com grau de habilitações de nível secundário ou superior.

Idanha-a-Nova, município com menor valor absoluto de remuneração média mensal, é também o município em que os colaboradores com formação até ao ensino básico apresentam maior peso relativo, cerca de 50%.

Ainda no que respeita à literacia da população empregada nas IPSS dos 4 municípios, destacamos os seguintes aspectos:

- Ensino primário e básico: à excepção do Montijo, em que os colaboradores das IPSS com formação até ao ensino básico apresentam o mesmo peso relativo do total do concelho, nos restantes municípios os colaboradores das IPSS com formação até ao ensino básico apresentam menor peso relativo do que no total dos respectivos concelhos.
- Ensino secundário: à excepção do Montijo, em que os colaboradores das IPSS com formação até ao ensino secundário apresentam o mesmo peso relativo do total do concelho, nos restantes municípios os colaboradores das IPSS com formação até ao ensino secundário apresentam maior peso relativo do que no total dos respectivos concelhos.
- Ensino superior: à excepção de Peniche, em que os colaboradores das IPSS com formação até ao ensino superior apresentam o peso relativo superior ao total do município, nos restantes municípios os colaboradores das IPSS com formação até ao ensino superior apresentam menor peso relativo do que no total dos respectivos concelhos.

Os volumes de emprego gerados pelas IPSS nos 4 concelhos em análise não é despiciendo, apresentando maior peso relativo nos concelhos do interior: Idanha-a-Nova (8%) e Macedo de Cavaleiros (4%).

Quadro 14: Caracterização do emprego das IPSS

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
nº trabalhadores - total	198	203	764	299
IPSS - % emprego concelho	8	4	3	3

Elementos do concelho, Fonte: INE - Censos 2011

De um modo geral, as remunerações médias praticadas nas IPSS são inferiores às remunerações médias dos concelhos onde se inserem, variando entre 74% e 92%. Este fenómeno, embora de explicação complexa, uma vez que, de um modo geral, apesar de haver menor peso relativo de grau de licenciatura ou superior nas IPSS do que nos respectivos municípios, existe maior peso relativo do ensino secundário e menor peso relativo de formação até ao ensino básico, é justificado, pelo menos em parte, pelo facto das tabelas salariais das IPSS serem definidas por Portaria, atenuando as discrepâncias mais comuns no sector privado.

Quadro 15: Caracterização da remuneração média nas IPSS

	Idanha-a- Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
remuneração média concelho	747,32	791,72	975,65	846,87
remuneração IPSS - % média concelho	77	88	74	92

Elementos do concelho, Fonte: Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002);

4.2.3 Produção, VAB e financiamento das actividades

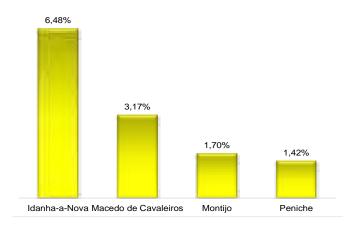
Nos quatro municípios em análise, as IPSS representam entre 1,4% e 6,5% da produção (medido pelo volume de negócios).

Quadro 16: Produção das IPSS (€)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
Produção IPSS	3.737.310	4.323.577	14.900.794	6.288.456
IPSS - % produçao concelho	6,477	3,168	1,697	1,417

Elementos do concelho, Fonte: Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica e Actividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2012

Figura 24: Produção das IPSS (%), concelho



Salientam-se as IPSS dos municípios de Idanha-a-Nova e de Macedo de Cavaleiros, que assumem maior importância, representando respectivamente cerca de 6% e 3% da produção no município. Um tecido empresarial mais fraco nestes concelhos do interior justificam a maior importância relativa das IPSS.

No que respeita ao VAB (i.e., produção, deduzida de consumos intermédios), as IPSS representam entre cerca de 5% e 16%, igualmente com os municípios de interior a assumirem maior importância relativa.

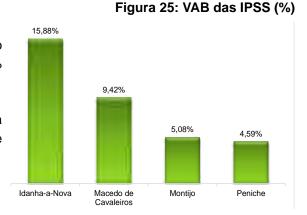
Quadro 17: VAB das IPSS (€)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
VAB IPSS	1.826.099	2.728.645	11.028.089	4.826.698
IPSS - % VAB concelho	15,881	9,416	5,076	4,590

Elementos do concelho, Fonte: Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica e Actividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2012

Salientam-se as IPSS dos municípios de Idanha-a-Nova e de Macedo de Cavaleiros, que representam respectivamente cerca de 16% e 9% do VAB.

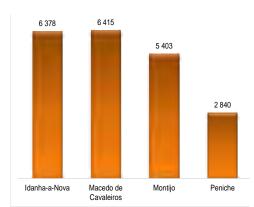
Em média, para o total das respostas sociais e IPSS em apreço, cada utente gera uma produção anual de 4.694 euros, um VAB anual de 3.275 euros e a criação de 0,23 postos de trabalho.



Quadro 18: Produção, VAB e Emprego por utente

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
VAB IPSS	1.826.099	2.728.645	11.028.089	4.826.698
IPSS - % VAB concelho	15,881	9,416	5,076	4,590

Figura 26: Produção, por utente (€)

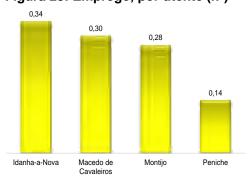


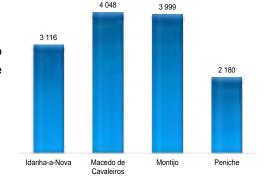
Nos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, o valor da produção por utente é mais elevado que nos restantes municípios, situação intrinsecamente relacionada com o maior peso de utentes nas respostas sociais "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de apoio domiciliário" nesses municípios.

Figura 27: VAB, por utente (€)

Os municípios de Macedo de Cavaleiros e do Montijo apresentam o maior valor de VAB por utente, situação que indicia maior capacidade de optimização dos consumos intermédios nas instituições.

Figura 28: Emprego, por utente (nº)





4 048

Por fim, no que respeita ao rácio de trabalhadores por utente, são também os municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, os que apresentam valores mais elevados, situação igualmente relacionada com o maior peso de utentes nas respostas sociais "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de apoio domiciliário" nesses municípios.

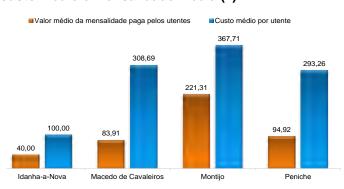
No que respeita ao financiamento das 37 IPSS em análise, considerando todas as respostas sociais, o custo médio mensal por utente é de cerca de 398 euros e a mensalidade média paga pelos utentes cerca de 172 euros. O financiamento da actividade das IPSS centra-se nos utentes, 44%, e no Estado/Segurança Social, 46%.

O peso da mensalidade média paga pelos utentes no rendimento médio familiar é mais expressivo no município de Idanha-a-Nova, 53%. Nos restantes municípios esse rácio varia entre os 9% e os 25%.

Quadro 19: Financiamento das IPSS (€)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
valor médio da mensalidade paga pelos utentes	235,09	127,91	167,17	76,44
custo médio por utente	426,16	405,65	418,02	287,57
% financiamento - utentes	55	36	41	32
% financiamento - s.social	41	54	48	42
% financiamento - autarquia	1	0	1	1
% financiamento - bens próprios	0	3	3	6
% financiamento - outros	3	7	7	19

Figura 29: Creche e jardim-de-infância, custo médio e mensalidade média (€)



Esta análise de conjunto é importante, do ponto de vista do sector da Economia Social como um todo. Porém, importa analisar separadamente cada uma das respostas sociais.

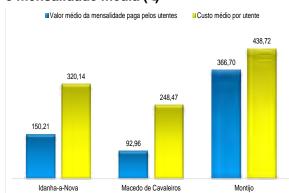
No âmbito das respostas sociais de "Creche e Jardim de Infância", os valores de custo médio mensal por utente variam entre 100 euros e 368 euros e os valores da mensalidade média paga pelos utentes variam entre 40 euros e 221 euros.

Salienta-se o Montijo, com custo médio e mensalidade média mais altas e Idanha-a-Nova, com custo médio e mensalidade média mais baixas.

O município onde se verifica maior comparticipação média dos utentes é o do Montijo, ascendendo a 60% do custo total.

Também neste município, o peso da mensalidade média no rendimento médio familiar atinge o valor mais alto, 33%. Nos restantes municípios o rácio varia entre 8% e 11%.

Figura 31: Centro de Dia, custo médio e mensalidade média (€)



40% 27%

Macedo de

Figura 30: Creche e jardim-de-infância,

% de financiamento dos utentes

60%

Montijo

Peniche

No âmbito da resposta social de "Centro de Dia", os valores de custo médio mensal por utente variam entre 248 euros e 439 euros e o valor da mensalidade média paga pelos utentes de 93 euros a 367 euros.

Idanha-a-Nova

Salientam-se os municípios do Montijo, com custo médio mais alto e de Macedo de Cavaleiros, com custo médio mais baixo.

Figura 32: Centro de Dia,

84%

Montiio

% de financiamento dos utentes

O município onde se verifica maior comparticipação média dos utentes, é o do Montijo, ascendendo a 84% do custo total.

Também neste município o peso da mensalidade média no rendimento médio familiar atinge o valor mais alto, 55%. Nos restantes municípios o rácio varia entre 9% e 34%.

Figura 33: Lar de Idosos, custo médio e mensalidade média (€)



No âmbito da resposta social de "Lar de Idosos", os valores de custo médio mensal por utente variam entre 769 euros e 1.192 euros e o valor da mensalidade média paga pelos

37%

Macedo de Cavaleiros

47%

utentes de 435 euros a 613 euros.

Salientam-se os municípios do Montijo, com custo médio mais alto e de Idanha-a-Nova, com custo médio mais baixo.

Figura 34: Lar de Idosos, % de financiamento dos utentes

O município onde se verifica maior comparticipação média dos utentes é o de Idanha-a-Nova, ascendendo a 80% do custo total.

Também neste município o peso da mensalidade média no rendimento médio familiar atinge o valor mais alto, 138%. Nos restantes municípios o rácio varia entre 51% e 74%.

80%

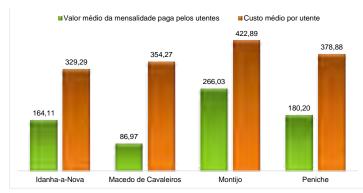
70%

53%

41%

Idanha-a-Nova Macedo de Montijo Peniche
Cavalairos

Figura 35: Serviço de Apoio Domiciliário, custo médio e mensalidade média (€)



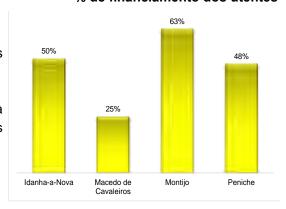
No âmbito da resposta social de "Serviço de Apoio Domiciliário", os valores de custo médio mensal por utente variam entre 329 euros e 423 euros e o valor da mensalidade média paga pelos utentes de 87 euros a 266 euros.

Salientam-se os municípios do Montijo, com custo médio mais alto e de Idanha-a-Nova, com custo médio mais baixo.

Figura 36: Serviço de Apoio Domiciliário, % de financiamento dos utentes

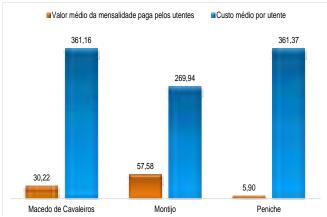
O município onde se verifica maior comparticipação média dos utentes é o do Montijo, ascendendo a 63% do custo total.

O município do Montijo apresenta, também, o valor mais alto do peso da mensalidade média no rendimento médio familiar, 40%. Nos restantes municípios o rácio varia entre 8% e 37%.



Complementarmente à análise das respostas sociais Creche e Jardim de Infância, Centro de Dia, Lar de Idosos e Serviço de Apoio Domiciliário, e face à multiplicidade de outras pequenas respostas sociais (Centro de Actividades de Tempos Livres, Centro de Actividades Ocupacionais, Cantinas Sociais, etc.), com menor representatividade nos concelhos estudados, optámos por agrupar estas outras pequenas respostas sociais num subconjunto que designámos por "Outras Respostas Sociais".

Figura 37: Outras Respostas Sociais, custo médio e mensalidade média (€)



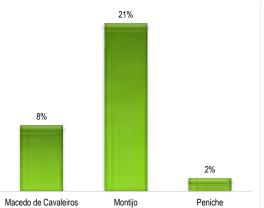
Assim, no âmbito das "Outras Respostas Sociais", os valores de custo médio mensal por utente variam entre 270 euros e 361 euros e o valor da mensalidade média paga pelos utentes de 6 euros a 58 euros.

O município onde se verifica maior comparticipação média dos utentes é o do Montijo, ascendendo a 21% do custo total.

Também neste município o peso da mensalidade média no rendimento médio familiar atinge o valor mais alto, 9%. Nos restantes municípios o rácio varia entre 1% e 3%.

O concelho de Idanha-a-Nova não aparece representado, uma vez que das respostas obtidas das IPSS, nenhuma oferece estas "outras respostas sociais".

Figura 38: Outras Respostas Sociais, % de financiamento dos utentes



4.2.4 Respostas Sociais

Pelas razões já referidas, agrupámos as respostas sociais em 5 subconjuntos: Creche e Jardim de Infância, Centro de Dia, Lar de Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário e Outras Respostas Sociais.

A resposta social de Creche e Jardim de Infância, presente em 14 das 37 IPSS em apreço (38%) representam 1.912 utentes, 31% do total, com especial incidência no município do Montijo em que esta resposta social representa 37% do total de utentes.

Quadro 20: Creche e Jardim de Infância

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
capacidade instalada	36	258	1.038	669
nº utentes - total	32	225	1.033	622
nº utentes - F	20	121	530	308
nº utentes - M	12	104	503	314
nº utente acordo / protocolo	32	225	931	584
nº de IPSS	1	2	7	4

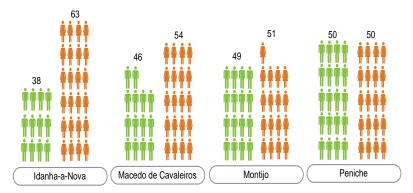
Figura 39: Capacidade instalada / Capacidade utilizada

No total das IPSS em análise, a capacidade utilizada corresponde a 96% da instalada, destacando-se o município do Montijo, com quase 100% de utilização da capacidade instalada, sugerindo a necessidade de a aumentar nestas respostas sociais.

O caso de Idanha-a-Nova, que surge aqui com menor representatividade nesta resposta social, é justificado, por um lado, por que de facto não há muitas crianças em Idanha-a-Nova e, por outro, porque é uma área em que o Município tem apostado e apoiado directamente.

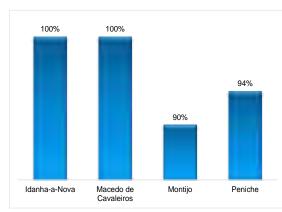
100%
93%
87%
Idanha-a-Nova Macedo de Cavaleiros
Montijo Peniche

Figura 40: Percentagem dos utentes no total, por género



Na resposta social "Creche e Jardim de Infância", de um modo geral, a distribuição por géneros encontra-se equilibrada, com excepção dos municípios do interior, em que se regista um maior peso dos utentes do género feminino.

Figura 41: Percentagem dos utentes com protocolo, no total



Os utentes da resposta social de Creche e Jardim de Infância, ao abrigo de protocolo, representam 93% do total, verificando-se diferenças entre os municípios em análise. Os municípios do interior apresentam a totalidade dos utentes ao abrigo de protocolo com o Estado/Segurança Social, enquanto que nos municípios do litoral tal não acontece, com destaque para o município do Montijo em que apenas 90% dos utentes são alvo de apoio público.

Tendo em consideração que o município do Montijo é, simultaneamente, o município com a capacidade instalada totalmente utilizada, esta situação sugere a necessidade de aumento da capacidade no sentido de dar resposta às necessidades do município do Montijo na resposta social de "Creche e Jardim de Infância", eventualmente recorrendo ao apoio público.

A resposta social "Centro de Dia" está presente em 23 das 37 IPSS em apreço (62%). O município de Peniche não aparece representado, uma vez que, das IPSS que responderam ao pedido de informação, nenhuma oferece esta resposta social.

O total de utentes é de 310, o que representa 5% do total, dos quais 98% ao abrigo de protocolos com o Estado/ Segurança Social. Verifica-se uma predominância de utentes do sexo feminino, 59% do total, e 88% dos utentes são idosos (mais de 65 anos).

Quadro 21: Centro de Dia

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo
capacidade instalada	231	116	170
nº utentes - total	163	43	104
nº utentes - F	89	30	63
nº utentes - M	74	13	41
nº utente acordo / protocolo	162	40	102
nº de IPSS	12	4	7

Figura 42: Capacidade instalada / Capacidade utilizada

No total das IPSS em análise, a capacidade utilizada corresponde a 60% sugerindo não haver necessidade de investimentos da sociedade nesta resposta social enquanto a capacidade utilizada não se aproximar da capacidade instalada.

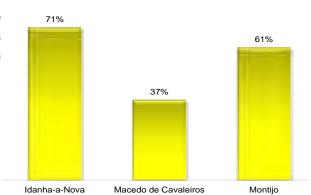
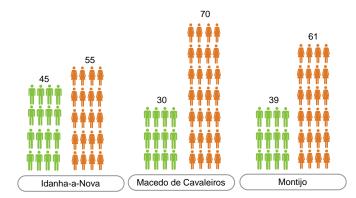


Figura 43: Percentagem de utentes no total, por género

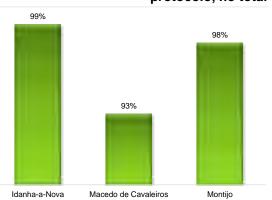


Ainda na resposta social "Centro de Dia", verifica-se que a tendência de predominância do género feminino é comum a todos os municípios, com especial relevância do município de Macedo de Cavaleiros, com 70% do total. Neste município, na faixa etária dos idosos, o género feminino representa 58% do total.

Figura 44: Percentagem de utentes com protocolo, no total

Quanto aos utentes ao abrigo de protocolo, verificam-se pequenas diferenças entre os municípios em análise. O município de Macedo de Cavaleiros é o que apresenta menor número de utentes alvo de protocolo com o Estado/Segurança Social, 93%.

A resposta social de Lar de Idosos, presente em 12 das 37 IPSS em análise (32%) apresenta 627 utentes, 10% do total, com especial incidência no município de Idanha-a-Nova em que esta resposta social representa 30% do total de utentes.

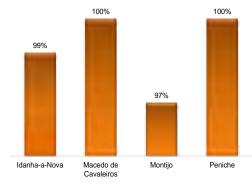


Os utentes ao abrigo de protocolo representam 91% do total, verificando-se também aqui uma predominância de utentes do sexo feminino, 60% do total.

Quadro 22: Lar de Idosos

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
capacidade instalada	180	130	254	72
nº utentes - total	178	130	247	72
nº utentes - F	111	89	129	49
nº utentes - M	67	41	118	23
nº utente acordo / protocolo	125	130	243	72
nº de IPSS	6	1	4	1

Figura 45: Capacidade instalada / Capacidade utilizada



No total das IPSS em análise, a capacidade utilizada corresponde a 99% da instalada, destacando-se os municípios de Macedo de Cavaleiros e Peniche, com 100% de utilização da capacidade instalada. Esta situação sugere a necessidade de alargar a capacidade instalada na resposta social "Lar de Idosos" nos municípios em apreço.

No que se refere ao peso de cada município na resposta social de "Lar de idosos", salienta-se o maior peso relativo face ao total da população, dos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros.

Figura 46: Percentagem de utentes no total, por género

A predominância do género feminino na resposta social "Lar de Idosos" é generalizada a todos os municípios, mas assume particular relevância nos municípios de Macedo de Cavaleiros e Peniche, com 68% do total de utentes do género feminino.

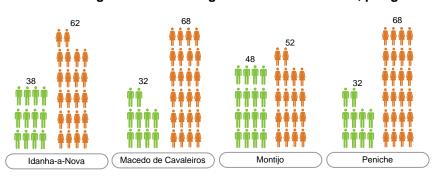
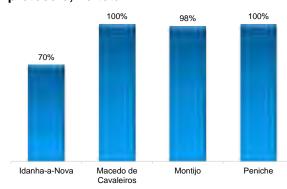


Figura 47: Percentagem de utentes com protocolo, no total



Os utentes ao abrigo de protocolo representam 91% do total, verificando-se diferenças entre os municípios em análise. Os municípios de Macedo de Cavaleiros, Peniche e do Montijo apresentam a quase totalidade dos utentes ao abrigo de protocolo com o Estado/ Segurança Social, enquanto que no município de Idanha-a-Nova tal não acontece, apenas 70% dos utentes são alvo de apoio público, situação para a qual não foi encontrada justificação.

Tendo em consideração que o município de Idanha-a-Nova apresenta a capacidade instalada quase totalmente utilizada e a maior taxa de esforço de comparticipação familiar, esta situação sugere a necessidade de apoio público para o aumento da capacidade no sentido de dar resposta às necessidades do município de Idanha-a-Nova na resposta social de "Lar de Idosos".

Na resposta social "Serviço de Apoio Domiciliário", o total de utentes é de 752, representando 12% do total, dos quais 92% ao abrigo de protocolos com o Estado/Segurança Social. Salienta-se especial incidência no município de Idanha-a-Nova, em que esta resposta social representa 36% do total de utentes. Verifica-se também uma predominância de utentes do sexo feminino, 56% do total. Cerca de 92% dos utentes são idosos (mais de 65 anos).

Quadro 23: Serviço de Apoio Domiciliário

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
capacidade instalada	228	152	300	157
nº utentes - total	213	133	270	136
nº utentes - F	118	61	155	84
nº utentes - M	95	72	115	52
nº utente acordo / protocolo	200	122	270	98
nº de IPSS	14	4	6	3

Figura 48: Capacidade instalada / Capacidade utilizada

No total das IPSS em análise, a capacidade utilizada corresponde a 90% da capacidade instalada, destacando-se o município de Idanha-a-Nova, com 93% de utilização da capacidade instalada.

No que se refere ao peso de cada município na resposta social de "Serviço de Apoio Domiciliário", salienta-se o maior peso relativo, face ao total da população, dos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros.

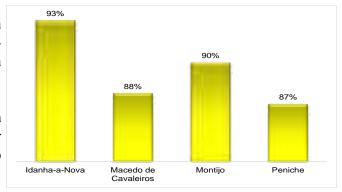
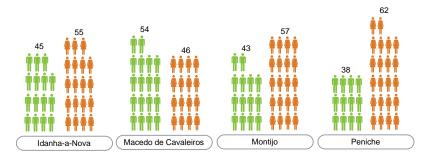
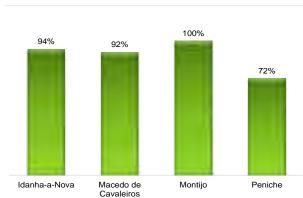


Figura 49: Percentagem de utentes no total, por género



Na resposta social "Serviço de Apoio Domiciliário", a predominância do género feminino está em linha com a distribuição de géneros do grupo etário. Esta tendência é generalizada a todos os municípios, com excepção do município de Macedo de Cavaleiros, com 54% do total de utentes do género masculino.

Figura 50: Percentagem de utentes com protocolo, no total



Quanto aos utentes ao abrigo de protocolo, verificam-se diferenças entre os municípios em análise. Os municípios de Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros e Montijo apresentam apoios para mais de 90% dos utentes, enquanto que no município de Peniche tal não acontece, apenas 72% dos utentes são alvo de apoio público.

Por fim, o subconjunto "Outras Respostas Sociais", que está presente em 18 das 37 IPSS do universo em análise (49%). De notar que o concelho de Idanha-a-Nova não aparece representado, uma vez que das respostas obtidas das IPSS, nenhuma oferece estas "outras respostas sociais".

O total de utentes atinge os 2.631, 42% do total, dos quais 58% ao abrigo de protocolos com o Estado/Segurança Social.

Quadro 24: Outras Respostas Sociais

	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
capacidade instalada	169	1.125	1.415
nº utentes - total	143	1.104	1.384
nº utentes - F	84	482	886
nº utentes - M	59	622	498
nº utentes <14	70	157	144
nº utentes <65	51	885	1.236
nº utetes >65	22	62	4
nº utente acordo / proto- colo	139	1.041	347
nº de IPSS	3	9	6

Figura 51: Capacidade instalada / Capacidade utilizada

No total das IPSS em análise, a capacidade utilizada corresponde a 97% da instalada, destacando-se os municípios do litoral, Montijo e Peniche, com 98% de utilização.

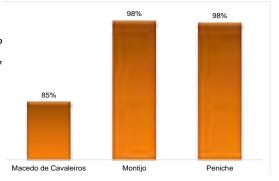
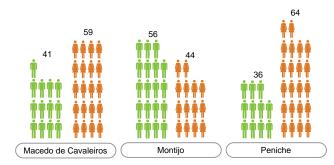


Figura 52: Percentagem de utentes no total, por género

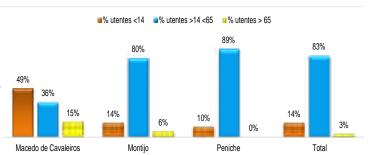


Neste subconjunto de "Outras Respostas Sociais", verificase uma predominância do género feminino, 55% do total. Esta tendência é generalizada a todos os municípios, com excepção do Montijo em que o género masculino prevalece, com 56% do total.

Dada a diversidade de actividades efectivas deste subconjunto de respostas sociais, é relevante efectuar a sua análise por grupo etário.

A actividade predominante dirigida aos utentes jovens, com menos de 14 anos, é a de "ATL - Actividades de Tempos Livres". Esta actividade representa 14% do total da resposta social, com especial incidência no município do interior, Macedo de Cavaleiros, em que representa 49% do total de utentes da resposta social.

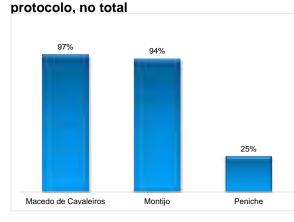
Figura 53: Percentagem de utentes, por grupo etário



O grupo etário dos 14 aos 65 anos é o que apresenta maior peso de utentes neste subconjunto de outras respostas sociais, maioritariamente com actividades como o Centro de Actividades Ocupacionais e as Cantinas Sociais, que representam 83% do total.

As actividades dirigidas a idosos (mais de 65 anos) apresentam um carácter residual nestas outras respostas sociais, com apenas 3% do total dos utentes, uma vez que a população deste grupo etário é abrangida maioritariamente por outro tipo de respostas sociais.

Figura 54: Percentagem de utentes com



Os utentes das "Outras respostas sociais", ao abrigo de protocolo, representam 58% do total, verificando-se diferenças entre os municípios em análise. Os municípios de Macedo de Cavaleiros e do Montijo apresentam a quase totalidade dos utentes ao abrigo de protocolo com o Estado/Segurança Social, enquanto que no municípios de Peniche tal não acontece, apenas 25% dos utentes são alvo de apoio público.

O motivo da discrepância no município de Peniche está relacionado com uma instituição em particular, a "Acompanha", com 959 utentes, 36% do total de utentes destas "Outras respostas sociais", sem qualquer apoio público. Esta instituição centra a sua actividade na minimização de riscos da toxicodependência e prevenção do VIH/SIDA.

O impacte económico de uma dada estrutura/actividade, neste caso, as IPSS, não se esgota no seu efeito económico directo. A economia da região é também indirectamente beneficiada pela via do acréscimo de fornecimentos intermédios às IPSS (efeito indirecto), e ainda pela via do acréscimo de consumo proporcionado pelos salários pagos pelas actividades económicas directa e indirectamente beneficiadas pela actividade das IPSS (efeito induzido).

É importante, ainda, salientar que, sendo relevante o impacte económico das IPSS dos municípios em análise que não providenciaram qualquer informação, 10 no total, se estimou, tendo em consideração o respectivo número de utentes, 712, o seu impacte económico total.

Quantificação do impacte económico da actividade das IPSS

Quadro 25: Impacte Económico directo das IPSS, emprego (nº)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
IPSS - emprego	279	229	815	326
IPSS - % emprego concelho	11%	4%	4%	3%
remuneração IPSS - % média concelho	77%	88%	74%	92%

O impacte económico directo das IPSS, ao nível do emprego dos municípios onde se inserem, varia entre 3% e 11% do total do emprego, salientando-se o de Idanha-a-Nova com o valor mais elevado, em que o impacte directo é de 11% do total do emprego.

Quadro 26: Impacte Económico directo das IPSS, VAB (€)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
IPSS - VAB	2.570.873	3.076.811	11.767.826	5.267.074
IPSS - % VAB Concelho	22%	11%	5%	5%

No que respeita ao VAB (produção deduzida de consumos intermédios), o impacte económico directo das IPSS varia entre 5% e 22% do total do VAB. Por município, salientam-se os de Idanha-a-Nova e de Macedo de Cavaleiros, em que o impacte directo é de 22% e 11%, respectivamente, do total do VAB dos municípios, enquanto que nos municípios do Montijo e de Peniche o impacte não ultrapassa os 5%.

Quadro 27: Impacte Económico directo das IPSS, Produção (€)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche	
IPSS - Produção	5.261.571	4.875.250	15.900.304	6.862.200	
IPSS - % Produção Concelho	9%	4%	2%	2%	

O impacte económico directo das IPSS, ao nível da produção (volume de negócios) dos municípios onde se inserem, varia entre 2% e 9%. Por município, salientam-se os de Idanha-a-Nova e de Macedo de Cavaleiros, em que o impacte directo é de 9% e 4%, respectivamente, do total da produção.

O maior impacte económico directo das IPSS nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explicase pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Produção, VAB e Emprego por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise.

Para o apuramento dos impactes económicos indirectos e induzidos, foram utilizados os valores médios dos multiplicadores económicos para a produção, VAB e emprego, apurados através dos valores mínimos e máximos apresentados no estudo "Povos e Culturas - Desenvolvimento Regional e Local, nº 14, 2010, CEPCEP", Sónia Sousa, obtidos a partir do modelo de Leontief. (ver ponto 1.2 - Metodologia do projecto, pág. 11)

Quadro 28: Multiplicadores económicos

	Mínimo	Máximo	Média
Produção	1,40	1,56	1,48
VAB	1,41	1,53	1,47
Emprego	1,42	1,63	1,52

Fonte: Povos e Cultura - Desenvolvimento Regional e Local, nº 14, 2010, CEPCEP

Desta forma, estima-se um impacte indirecto e induzido na produção dos municípios entre 2 e 8 milhões de euros, elevando o impacte económico directo de entre 2% a 9% para 2% a 14%, considerando os efeitos indirectos e induzidos na economia local.

Quadro 29: Impacte Económico indirecto e induzido na Produção (€)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
IPSS - Produção	5.261.571	4.875.250	15.900.304	6.885.200
Produção Concelho	57.702.994	136.488.805	877.895.007	443.772.035
Impacto indirecto e induzido IPSS Produção Concelho	148%	148%	148%	148%
Impacto indirecto e induzido IPSS Produção Concelho - valor	2.530.314	2.344.531	7.646.531	3.300.064

Elementos do concelho, Fonte: Volume de Negócios (€) das Empresas por Localização geográfica e Actividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2012

O impacte económico total na Produção, ascende, assim, a cerca de entre 7 e 24 milhões de euros. Os municípios que apresentam maior impacte económico, em termos absolutos, são os do Montijo e de Peniche.

Em termos relativos, tendo em consideração a sua dimensão no total da produção, é nos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, que se verifica um maior impacte económico na produção dos municípios através da intervenção das IPSS.

Figura 55: Impacte directo e indirecto das IPSS na produção do concelho (milhões de €)

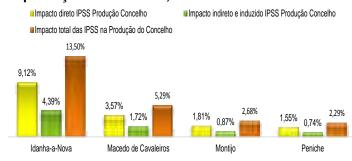
Os municípios que apresentam maior impacte económico, em termos percentuais, são os de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros.

O maior impacte económico das IPSS na Produção nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explica-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Produção por utente, consequência



do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise.

Figura 56: Impacte directo e indirecto das IPSS na produção do concelho, em %



No que respeita ao VAB, estima-se um impacte indirecto e induzido de cerca de 11 milhões de euros, elevando o impacte económico directo de 6 para 9%, considerando os efeitos indirectos e induzidos na economia local.

O impacte económico total no VAB, varia, assim, entre cerca 4 a 17 milhões de euros. Os municípios que apresentam maior impacte económico, em termos absolutos, são os do Litoral, Montijo e Peniche.

Quadro 30: Impacte Económico indirecto e induzido no VAB (€e %)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
IPSS - VAB	2.570.873	3.076.811	11.767.826	5.267.074
VAB concelho	11.498.505	28.978.152	217.242.610	105.164.245
% Impacto indirecto e induzido IPSS VAB concelho	147	147	147	147
Impacto indirecto e induzido IPSS VAB concelho - valor	1.199.245	1.435.251	5.489.380	2.456.951

Elementos do concelho, Fonte: VAB (€) das Empresas por Localização geográfica e Actividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2012

Em termos relativos, tendo em consideração a sua dimensão no total do VAB, é nos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, que se verifica um maior impacte económico no VAB dos municípios através da intervenção das IPSS.

Os municípios que apresentam maior impacte económico, em termos percentuais, são os de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros.

Figura 57: Impacte directo e indirecto das IPSS no VAB do concelho (milhões de €)



Figura 58: Impacte directo e indirecto das IPSS no VAB do concelho, em %



O maior impacte económico das IPSS no VAB nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explica-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de VAB por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise e intensivas no factor trabalho.

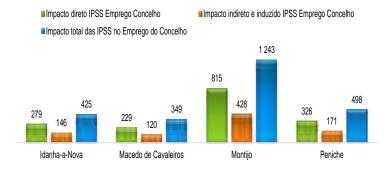
Finalmente, no que respeita ao Emprego, o impacte indirecto e induzido no emprego dos municípios onde se inserem varia entre 120 e 428 postos de trabalho.

Quadro 31: Impacte Económico indirecto e induzido no Emprego (nº)

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche
IPSS - Emprego	279	229	815	326
Emprego concelho	2.583	5.298	22.850	10.972
% Impacto indirecto e induzido IPSS Emprego concelho	152	152	152	152
Impacto indirecto e induzido IPSS Emprego concelho - valor	146	120	428	171

Elementos do concelho, Fonte: Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica e Actividade económica (Divisão - CAE Rev. 3); Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), 2012

Figura 59: Impacte directo e indirecto das IPSS no emprego do concelho (número de postos de trabalho)

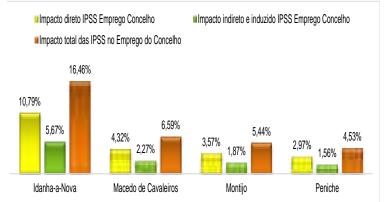


Os municípios que apresentam maior impacte económico, em termos absolutos, são os do Litoral, Montijo e Peniche.

Em termos relativos, tendo em consideração a sua dimensão no total do Emprego, é nos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, que se verifica um maior impacte económico no Emprego dos municípios através da intervenção das IPSS.

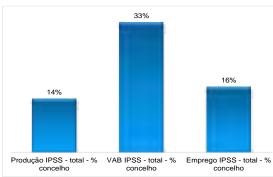
Figura 60: Impacte directo e indirecto das IPSS no emprego do concelho, em %

Os municípios que apresentam maior impacte económico, em termos percentuais, são os de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros.



O maior impacte económico das IPSS no Emprego nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explica-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Emprego por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise e intensivas no factor trabalho.

Figura 61: Impacte económico das IPSS no concelho de Idanha-a-Nova, em %



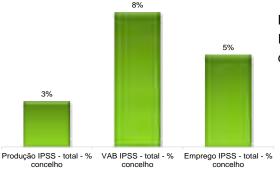
No município de Idanha-a-Nova, o impacte económico total da actividade das IPSS é de 14% no total da Produção do município, 33% do total do VAB do município e 16% do total do Emprego.

Figura 62: Impacte económico das IPSS no concelho de Macedo de Cavaleiros, em %

No município de Macedo de Cavaleiros, o impacte económico total da actividade das IPSS é de 5% no total da Produção do município, 16% do total do VAB do município e 7% do total do Emprego.

Produção IPSS - total - % VAB IPSS - total - % Emprego IPSS - total - % concelho

Figura 63: Impacte económico das IPSS no concelho do Montijo, em %

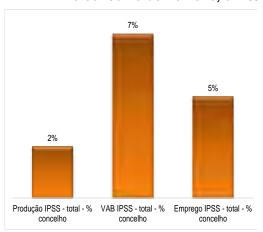


No município do Montijo, o impacte económico total da actividade das IPSS é de 3% no total da Produção do município, 8% do total do VAB do município e 5% do total do Emprego.

No município de Peniche, o impacte económico total da actividade das IPSS é de 2% no total da Produção do município, 7% do total do VAB do município e 5% do total do Emprego.

O maior impacte económico das IPSS nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explica-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Produção, VAB e Emprego por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise e intensivas no factor trabalho.

Figura 64: Impacte económico das IPSS no concelho de Peniche, em %



4.4 Medição do valor social da actividade das IPSS

O índice SROI é um rácio entre o valor actual líquido dos benefícios e o valor actual líquido do investimento, ou seja, o SROI compara o valor gerado por uma intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para obtê-lo.

Para as IPSS em análise, iniciou-se o exercício através do apuramento das matrizes de entradas e saídas para o cálculo do custo suportado pela sociedade.

Assim, para as diferentes respostas sociais, foi obtida a média ponderada dos respectivos custos médios mensais, permitindo, desta forma, calcular o custo anual suportado pela sociedade associado ao desenvolvimento destas actividades, estimado em cerca de 18,5 milhões de euros.

Quadro 32: Matriz "entradas e saídas" - TOTAL

Entradas		Saídas		
Custos suportados pela sociedade	Valor unitário mensal (€) média ponderada	Actividade em números	Custo Total suportado pela sociedade (anual)	
Utentes em creche e Jardim de Infância	171,08	1.912	3.925.244	
Utentes em outras respostas sociais	294,08	2.631	9.284.792	
Utentes em centro de dia	135,08	310	502.515	
Utentes em Lar de idosos	417,49	627	3.141.194	
Utentes com serviços de apoio domiciliário	186,31	752	1.681.293	
TOTAL	240,81	6.232	18.535.037	

Observemos agora os custos apurados, por município:

Idanha-a-Nova

Cerca de 1 milhão de euros anuais, representando um custo médio por utente inferior à média. No município de Idanha-a-Nova, para 9% do total dos utentes em análise, concentram-se 6% do total de custos.

Quadro 33: Matriz "entradas e saídas" - Idanha-a-Nova

Entradas		Saídas			
Custos suportados pela sociedade	Valor unitário mensal (€)	Actividade em números	Custo Total suportado pela sociedade (anual)	% do total de custo	% do total de utentes
Utentes em creche e Jardim de Infância	60,00	32	23.040	1	2
Utentes em outras respostas sociais	-	-	-	-	-
Utentes em centro de dia	169,93	163	332.386	66	53
Utentes em Lar de idosos	155,48	178	332.114	11	28
Utentes com serviços de apoio domiciliário	165,19	213	422.221	25	28
TOTAL	137,65	586	1.109.762	6	9

Macedo de Cavaleiros

Cerca de 2 milhões de euros anuais, representando um custo médio por utente equivalente à média. No município de Macedo de Cavaleiros, para 11% do total dos utentes em análise, concentram-se 11% do total de custos.

Quadro 34: Matriz "entradas e saídas" - Macedo de Cavaleiros

Entradas			Saídas		
Custos suportados pela sociedade	Valor unitário mensal (€)	Actividade em números	Custo Total suportado pela sociedade (anual)	% do total de custo	% do total de utentes
Utentes em creche e Jardim de Infância	224,79	225	606.920	15	12
Utentes em outras respostas sociais	330,94	143	567.893	6	5
Utentes em centro de dia	155,51	43	80.242	16	14
Utentes em Lar de idosos	257,15	130	401.154	13	21
Utentes com serviços de apoio domiciliário	267,30	133	426.611	25	18
TOTAL	247,14	674	2.082.819	11	11

Montijo

O custo anual suportado pela sociedade ascende a cerca de 7 milhões de euros, representando um custo médio por utente inferior à média em todas as respostas sociais, à excepção da de "Lar de Idosos".

Quadro 35: Matriz "entradas e saídas" - Montijo

Entradas			Saídas		
Custos suportados pela sociedade	Valor unitário mensal (€)	Actividade em números	Custo Total suportado pela sociedade (anual)	% do total de custo	% do total de utentes
Utentes em creche e Jardim de Infância	146,41	1.033	1.814.855	46	54
Utentes em outras respostas sociais	212,35	1.104	2.813.276	30	42
Utentes em centro de dia	72,02	104	89.887	18	34
Utentes em Lar de idosos	699,13	247	2.072.236	66	39
Utentes com serviços de apoio domiciliário	156,86	270	508.221	30	36
TOTAL	257,36	2.758	7.298.475	39	44

Peniche

O custo anual suportado pela sociedade ascende a cerca de 8 milhões de euros, representando um custo médio por utente superior à média. Nas respostas sociais "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", o custo médio é semelhante à média. Na "Creche e Jardim de Infância" e "Outras Respostas Sociais", verifica-se um custo médio superior à média.

Quadro 36: Matriz "entradas e saídas" - Peniche

Entradas			Saídas		
Custos suportados pela sociedade	Valor unitário mensal (€)	Actividade em números	Custo Total suportado pela sociedade (anual)	% do total de custo	% do total de utentes
Utentes em creche e Jardim de Infância	198,34	622	1.480.429	38	33
Utentes em outras respostas sociais	355,47	1.384	5.903.623	64	53
Utentes em centro de dia	-	-	-	-	-
Utentes em Lar de idosos	388,53	72	335.690	11	11
Utentes com serviços de apoio domiciliário	198,68	136	324.240	19	18
TOTAL	285,25	2.214	8.043.981	43	36

De seguida, foram identificados os benefícios a quantificar associados ao desenvolvimento das actividades em análise:

Creche e Jardim de Infância:

- Aumento no emprego materno/paterno;
- Melhoria no bem-estar materno/paterno.

Centro de Dia e Outras Respostas Sociais:

- Aumento no emprego materno/paterno (componente ATL);
- Melhoria no bem-estar materno/paterno (componente ATL);
- Aumento emprego na família (componente Idosos);
- Melhoria de saúde dos idosos redução emergência hospitalar;
- Melhoria de saúde dos idosos redução internamento.

Lar de idosos:

- Melhoria de saúde dos idosos redução emergência hospitalar;
- Melhoria de saúde dos idosos redução internamento;
- Aumento de emprego na família.

Serviço de Apoio Domiciliário:

- Melhoria de saúde dos idosos redução emergência hospitalar;
- Melhoria de saúde dos idosos redução internamento;
- Aumento de emprego na família.

A quantificação detalhada dos benefícios é apresentada nos quadros presentes no Anexo I, identificando as fontes de informação dos respectivos indicadores.

Desta forma, foram calculados os índices SROI, por resposta social e por município, de acordo com a respectiva metodologia, para um período de 5 anos, considerando uma taxa de actualização de 8%. O período de 5 anos corresponde ao prazo de avaliação recomendado pelo "SROI Guide" publicado em 2009, a taxa de actualização de 8% corresponde ao valor médio da rentabilidade de mercado de longo prazo.

No total, para as IPSS em apreço, o total de custos actualizados ascende a cerca de 93 milhões de euros e os benefícios actualizados a 228 milhões de euros, determinando um rácio SROI de 2,46, ou seja, por cada euro investido nas actividades desenvolvidas pelas IPSS em análise, os benefícios sociais ascendem a 2,46 euros.

Salienta-se que, para os "Centros de Dia" e "Outras Respostas Sociais", o rácio SROI se encontra fortemente subestimado, visto apenas terem sido quantificados benefícios para a população jovem e idosa (mais de 65 anos), estando as actividades relacionadas com a restante população, que representa 75% do total, sem benefícios quantificados (devido à diversidade de actividades e dificuldade de obtenção de indicadores credíveis).

Ajustando o rácio SROI dessa resposta social, o rácio SROI total ascenderia a 6,48 ao invés de 2,46.

No total das IPSS em análise, assumem maior relevo os benefícios de redução de emergências hospitalares de idosos e de melhoria do bem-estar materno e paterno.

Quadro 37: Cálculo Valor Social - Total

	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Investimento/custos	18.535.037	18.535.037	18.535.037	18.535.037	18.535.037	92.675.186
Beneficios:	45.515.428	45.515.428	45.515.428	45.515.428	45.515.428	227.577.140
aumento emprego materno/paterno	5.990.891,83	5.990.891,83	5.990.891,83	5.990.891,83	5.990.891,83	29.954.459,15
melhoria bem estar materno/paterno	12.409.657,44	12.409.657,44	12.409.657,44	12.409.657,44	12.409.657,44	62.048.287,20
aumento emprego na família	9.613.156,64	9.613.156,64	9.613.156,64	9.613.156,64	9.613.156,64	48.065.783,20
melhoria saúde idosos - redução emergência hospitalar	14.450.699,96	14.450.699,96	14.450.699,96	14.450.699,96	14.450.699,96	72.253.499,78
melhoria saúde idosos - redução internamento	3.051.022,19	3.051.022,19	3.051.022,19	3.051.022,19	3.051.022,19	15.255.110,93
Taxa de atualização	8%					
Índice de atualização	1	1,08	1,17	1,26	1,36	
Custos atualizados	18.535.0.37,16	17.162.071,44	15.890.806,89	14.716.710,09	13.623.805,64	79.925.431
Benefícios atualizados	45.515.428,05	42.143.14,86	39.022.143,39	36.131.614,25	33.455.198,38	196.268.299
SROI	2,46					

Para as respostas sociais de Creche e Jardim de Infância, o total de custos actualizados ascende a cerca de 20 milhões de euros e os benefícios actualizados a 77 milhões de euros, determinando um rácio SROI de 3,93, ou seja, por cada euro investido pelas IPSS em análise, os benefícios sociais ascendem a 3,93 euros.

Quadro 38: Cálculo Valor Social - Creche e Jardim de Infância

	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Investimento/custos	3.925.244	3.925.244	3.925.244	3.925.244	3.925.244	19.626.218
Beneficios:	15.424.410	15.424.410	15.424.410	15.424.410	15.424.410	77.122.051
aumento emprego materno/paterno	5.031.389,97	5.031.389,97	5.031.389,97	5.031.389,97	5.031.389,97	25.156.949,86
melhoria bem estar materno/paterno	10.393.020,16	10.393.020,16	10.393.020,16	10.393.020,16	10.393.020,16	51.156.949,86
Taxa de atualização	8%					
Índice de atualização	1	1,08	1,17	1,26	1,36	
Custos atualizados	3.925.243,57	3.634.484,79	3.365.263,69	3.115.984,90	2.885.171,21	16.926.148
Benefícios atualizados	15.424.410,13	14.281.861,23	13.223.945,59	12.244.394,06	11.337.401,91	66.512.013
SROI	3,93					

Para os "Centros de Dia" e "Outras Respostas Sociais", o total de custos actualizados ascende a cerca de 49 milhões de euros e os benefícios actualizados a 36 milhões de euros, determinando um rácio SROI de 0,74, ou seja, por cada euro investido pelas IPSS em análise, os benefícios sociais ficam-se pelos 0,74 euros.

Recorda-se que, para estas respostas sociais, o rácio SROI se encontra fortemente subestimado.

Admitindo um mesmo nível de quantificação de benefícios para o total de utentes em análise, o rácio SROI ascenderia a 2,97 ao invés de 0,74.

Quadro 39: Cálculo Valor Social - Centro de Dia e Outras Respostas Sociais

	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Investimento/custos	9.787.307	9.787.307	9.787.307	9.787.307	9.787.307	48.936.536
Beneficios:	7.244.286	7.244.286	7.244.286	7.244.286	7.244.286	36.221.429
aumento emprego materno/paterno	959.501,86	959.501,86	959.501,86	959.501,86	959.501,86	4.797.509.30
melhoria bem estar materno/paterno	2.016.637,28	12.409.657,44	12.409.657,44	12.409.657,44	12.409.657,44	62.048.287,20
aumento emprego na família	1.927.416,75	1.927.416,75	1.927.416,75	1.927.416,75	1.927.416,75	9.637.083,77
melhoria saúde idosos - redução emergência hospitalar	1.682.972,54	1.682.972,54	1.682.972,54	1.682.972,54	1.682.972,54	8.414.862,70
melhoria saúde idosos - redução internamento	657.757,34	657.757,34	657.757,34	657.757,34	657.757,34	3.288.786,71
Taxa de atualização	8%					
Índice de atualização	1	1,08	1,17	1,26	1,36	
Custos atualizados	9.787.307,16	9.062.321,45	8.391.038,38	7.193.962,98	7.193.962,94	42.204.110
Benefícios atualizados	7.244.285,78	6.707.672,01	6.210.807,42	5.750.747,61	5.324.766,31	31.238.279
SROI	0,74					

Para a resposta social Lar de Idosos, o total de custos actualizados ascende a cerca de 16 milhões de euros e os benefícios actualizados a 66 milhões de euros, determinando um rácio SROI de 4,23, ou seja, por cada euro investido pelas IPSS em análise, os benefícios sociais ascendem a 4,23 euros.

Quadro 40: Cálculo Valor Social - Lar de Idosos

	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Investimento/custos	3.141.194	3.141.194	3.141.194	3.141.194	3.141.194	15.705.969
Beneficios:	13.291.054	13.291.054	13.291.054	13.291.054	13.291.054	66.455.271
melhoria saúde idosos - redução emergência hospitalar	8.693.031,68	8.693.031,68	8.693.031,68	8.693.031,68	8.693.031,68	43.465.158,41
melhoria saúde idosos - redução internamento	1.088.163,20	1.088.163,20	1.088.163,20	1.088.163,20	1.088.163,20	5.440.816,01
aumento emprego na família	3.509.859,30	3.509.859,30	3.509.859,30	3.509.859,30	3.509.859,30	17.549.296,51
Taxa de atualização	8%					
Índice de atualização	1	1,08	1,17	1,26	1,36	
Custos atualizados	3.141.193,79	2.908.512,77	2.693.067,38	2.493.580,90	2.308.871,21	13.545.226
Benefícios atualizados	13.291.054,19	12.306.531,65	11.394.936,72	10.550.867,33	9.769.321,60	57.312.711
SROI	4,23					

Por fim, para a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário a idosos, onde o total de custos actualizados ascende a cerca de 8 milhões de euros e os benefícios actualizados a 48 milhões de euros, determinando um rácio SROI de 5,68, ou seja, por cada euro investido pelas IPSS em análise, os benefícios sociais ascendem a 5,68 euros.

Quadro 41: Cálculo Valor Social - Serviço de Apoio Domiciliário

	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Investimento/custos	1.681.293	1.681.293	1.681.293	1.681.293	1.681.293	8.406.463
Beneficios:	9.555.678	9.555.678	9.555.678	9.555.678	9.555.678	47.778.390
melhoria saúde idosos - redução emergência hospitalar	4.074.695,74	4.074.695,74	4.074.695,74	4.074.695,74	4.074.695,74	20.373.478,68
melhoria saúde idosos - redução internamento	1.305.101,64	1.305.101,64	1.305.101,64	1.305.101,64	1.305.101,64	6.525.508,20
aumento emprego na família	4.175.880,58	4.175.880,58	4.175.880,58	4.175.880,58	4.175.880,58	20.879.402,92
Taxa de atualização	8%					
Índice de atualização	1	1,08	1,17	1,26	1,36	
Custos atualizados	1.681.292,64	1.556.752,44	1.441.437,45	1.334.664,30	1.235.800,28	7.249.947
Benefícios atualizados	9.555.677,96	8.847.849,96	8.192.453,67	7.585.605,25	7.023.708,56	41.205.295
SROI	5,68					

A análise SROI detalhada por município e por resposta social é apresentada no Anexo II. Não obstante e em síntese, os indicadores SROI, que indicam o montante, em euros, de benefícios por cada euro investido, por resposta social e por município, variando entre 0,2 e 10,95, são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 42: Síntese Indicadores SROI

	Idanha-a-Nova	Macedo de Cavaleiros	Montijo	Peniche	Total
Creche e Jardim de Infância	10,95	2,92	4,69	3,30	3,93
Centro de Dia e outras respostas sociais	3,86	1,74	1,26	0,20	0,74
Lar de idosos	7,76	5,74	3,38	4,19	4,23
Serviço de apoio domiciliário	4,12	3,20	9,18	5,50	5,68

Analisando os rácios SROI por município e por resposta social, a média ponderada global é de 2,46, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e do Montijo os valores globais mais elevados, 5,27 e 3,27, respectivamente. Em Idanha-a-Nova o custo médio por utente é inferior à média e o benefício médio por utente é superior à média.

Por resposta social, as actividades de Creche e Jardim de Infância apresentam uma média ponderada de 3,93, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Montijo os indicadores SROI mais elevados, 10,95 e 4,69, respectivamente, em virtude dos custos médios por utente serem inferiores à média.

Nos "Centros de Dia" e "Outras Respostas Sociais", o indicador apresenta uma média ponderada de 0,74, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros o rácio mais alto, resultado de benefícios médios superior à média, visto a faixa etária dos idosos, nestas respostas sociais, ter maior peso nos municípios do interior.

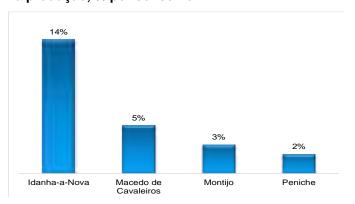
Na resposta social "Lar de Idosos", o rácio SROI médio ponderado ascende a 4,23, apresentando os municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, os indicadores mais elevados, 7,76 e 5,74, respectivamente, em virtude dos custos médios por utente serem inferiores à média.

Por fim, na resposta social de "Serviço de Apoio Domiciliário", o SROI médio ponderado ascende a 5,68, apresentando os municípios do Montijo e de Peniche o rácio mais alto, 9,18 e 5,50, respectivamente, apresentando o município do Montijo um custo médio por utente inferior à média e um benefício médio por utente superior à média.

A análise comparada do impacte económico e social é efectuada entre os municípios e respostas sociais em apreço.

No que respeita ao impacte económico total, verifica-se um maior impacte nos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros do que nos municípios do litoral, Montijo e Peniche, quer ao nível da Produção, quer ao nível do VAB e ao nível do Emprego.

Figura 65: Impacte económico total das IPSS na produção, % por concelho



4.5
Análise
comparada
do impacte
económico e
social

Efectivamente, o impacte económico total na Produção dos respectivos municípios é superior nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explicando-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Produção por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise.

Os municípios que apresentam maior impacte económico, em termos percentuais, ao nível do impacte económico total do VAB, são os de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros.

O maior impacte económico das IPSS no VAB nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explica-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de VAB por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise e intensivas no factor trabalho.

Figura 66: Impacte económico total das IPSS no VAB, % por concelho

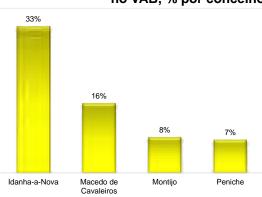


Figura 67: Impacte económico total das IPSS no emprego, % por concelho

16%

7%

5%

5%

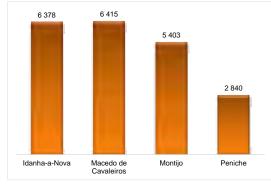
Idanha-a-Nova Macedo de Cavaleiros

Montijo Peniche

Os municípios que apresentam maior impacte económico, em termos percentuais, ao nível do impacte económico total no Emprego são os de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros.

O maior impacte económico das IPSS no Emprego nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explica-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Emprego por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", intensivas no factor trabalho.

Figura 68: Impacte económico das IPSS, produção por utente (€)



Efectuando a análise por utente, na óptica do impacte económico directo, conclui-se que, em média, o nível de produção anual por utente ascende a 4.694 euros, atingindo o valor máximo de 6.415 euros no município de Macedo de Cavaleiros e o valor mínimo de 2.840 euros no município de Peniche.

Nos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, o valor da produção (volume de negócios) por utente é mais elevado que nos restantes municípios, situação intrinsecamente relacionada com o maior peso de utentes nas resposta social "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário" nesses municípios.

Figura 69: Impacte económico das IPSS, VAB por utente (€)

O VAB médio anual por utente ascende a 3.275 euros, atingindo o valor máximo de 4.048 euros no município de Macedo de Cavaleiros e o valor mínimo de 2.180 euros no município de Peniche.

Os municípios de Macedo de Cavaleiros e do Montijo apresentam o maior valor de VAB por utente (volume de negócios deduzido dos consumos intermédios), situação que indicia maior capacidade de optimização dos consumos intermédios nas instituições.

danha-a-Nova Macedo de Cavaleiros

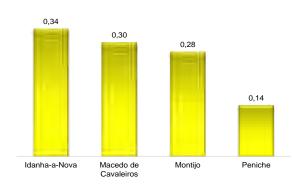
4 048

3 999

2 180

Peniche
Cavaleiros

Figura 70: Impacte económico das IPSS, emprego por utente (nº)



Por fim, no que respeita ao emprego por utente, o valor médio anual por utente ascende a 0,23, atingindo o valor máximo de 0,34 no município de Idanha-a-Nova e o valor mínimo de 0,14 no município de Peniche.

No que respeita ao rácio de trabalhadores por utente, os municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, apresentam valores mais elevados que nos restantes municípios, situação intrinsecamente relacionada com o maior peso de utentes nas respostas sociais "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário" nesses municípios.

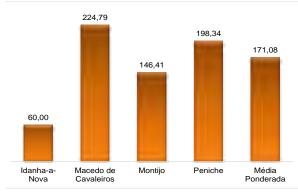
Figura 71: Impacte social das IPSS, total das respostas sociais, custo médio mensal por utente (€)

A análise comparada do impacte social é efectuada na vertente de custos, benefícios e rácios SROI, por município e por resposta social.

Ao nível do custo médio mensal por utente, suportado pela sociedade, ou seja, a componente não comparticipada pelos utentes, a média ponderada dos quatro municípios é de 240,81 euros, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, os custos médios por utente mais baixos, 137,65 e 247,14 euros, respectivamente.



Figura 72: Impacte social das IPSS, Creche e Jardim de Infância, custo médio mensal por utente (€)



Por resposta social, as actividades de Creche e Jardim de Infância apresentam uma média ponderada de 171,08 euros, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Montijo o custo médio por utente mais baixo, 60 e 146,41 euros, respectivamente.

169,93

Figura 73: Impacte social das IPSS, Centro de Dia, custo médio mensal por utente (€)

Na actividade "Centro de Dia", o custo médio ponderado ascende a 135,08 euros, apresentando os municípios de Macedo de cavaleiros e do Montijo o custo médio por utente mais baixo, 155,51 e 72,02 euros, respectivamente.

O concelho de Peniche não aparece representado, uma vez que das respostas obtidas das IPSS, nenhuma inclui "Centro de Dia".

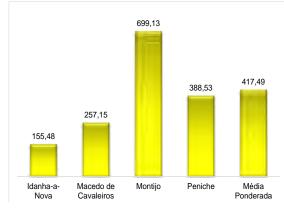
135,08

72,02

Idanha-a- Nova Macedo de Montijo Peniche
Cavaleiros

155 51

Figura 74: Impacte social das IPSS, Lar de Idosos, custo médio mensal por utente (€)



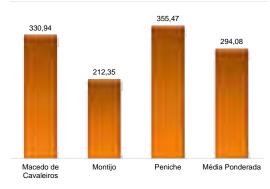
Na resposta social "Lar de Idosos", o custo médio ponderado ascende a 417,49 euros, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e de Macedo de Cavaleiros o custo médio por utente, suportado pela sociedade, mais baixo, 155,48 e 257,15 euros, respectivamente.

Figura 75: Impacte social das IPSS, Serviço de Apoio Domiciliário, custo médio mensal por utente (€)

Na resposta social de "Serviço de Apoio Domiciliário", o custo médio ponderado ascende a 186,31 euros, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e do Montijo o custo médio por utente mais baixo, 165,19 e 156,86 euros, respectivamente.

267,30
9
165,19
156,86
198,68
186,31
Idanha-a- Macedo de Montijo Peniche Média Ponderada

Figura 76: Impacte social das IPSS, Outras Respostas Sociais, custo médio mensal por utente (€)



Por fim, nas "Outras Respostas Sociais", o custo médio apresenta uma média ponderada de 294,08 euros, apresentando os municípios do Montijo e Macedo de Cavaleiros o custo médio por utente mais baixo, 212,35 e 330,94 euros, respectivamente.

O concelho de Idanha-a-Nova não aparece representado, uma vez que das respostas obtidas das IPSS, nenhuma oferece estas "outras respostas sociais".

Fazendo uma análise cruzada, e em síntese, observamos que em Idanha-a-Nova o custo médio por utente suportado pela sociedade é inferior à média, sendo que para 9% do total dos utentes em análise, se concentra 6% do total de custos. Este desequilíbrio é particularmente relevante na resposta social "Lar de idosos", fortemente comparticipada pelos utentes ao invés da sociedade.

Em Macedo de Cavaleiros o custo médio por utente é equivalente à média. Salienta-se a resposta social de "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo por utente face à média, concentrando 18% do total de utentes e 25% do total de custos.

No Montijo o custo médio por utente é inferior à média em todas as respostas sociais, à excepção de "Lar de Idosos", com 39% do total de utentes e 66% do total de custos.

Em Peniche o custo médio por utente suportado pela sociedade é superior à média, onde para 36% do total dos utentes em análise, se concentra 43% do total de custos. Este desequilíbrio é particularmente relevante nas "Outras Respostas Sociais".

Figura 77: Impacte social das IPSS, total das respostas sociais, benefício médio mensal por utente (€)

Ao nível do benefício médio mensal por utente, a média ponderada dos quatro municípios é de 608,63 euros, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, os benefícios médios, por utente, mais altos, 832,04 e 812,21 euros, respectivamente, o que se explica pela predominância de respostas sociais de apoio a idosos nestes municípios.

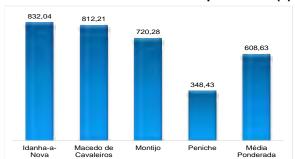


Figura 78: Impacte social das IPSS, Creche e Jardim de Infância, benefício médio mensal por utente (€)

Por resposta social, as actividades de Creche e Jardim de Infância apresentam uma média ponderada de 672,26 euros, apresentando a maioria dos municípios valores de benefícios por utente muito similares, com excepção do Montijo, que apresenta um valor de benefícios por utente de 687,07 euros.

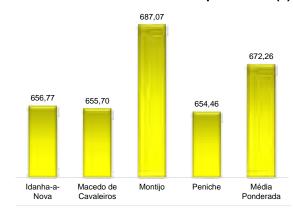
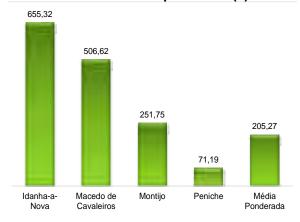


Figura 79: Impacte social das IPSS, Centro de Dia e Outras Respostas Sociais, benefício médio mensal por utente (€)



Nos "Centros de Dia e Outras Respostas Sociais", o benefício médio apresenta uma média ponderada de 205,27 euros, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros o benefício médio por utente mais alto, 655,32 e 506,62 euros, respectivamente, o que se explica pela maior preponderância de idosos nestes municípios.

Na resposta social "Lar de Idosos", o benefício médio ponderado ascende a 1.766,49 euros, apresentando os municípios do Montijo e de Peniche o benefício médio por utente mais alto, 2.363,43 e 1.627,19 euros, respectivamente.

Figura 80: Impacte social das IPSS,Lar de Idosos, benefício médio mensal por utente (€

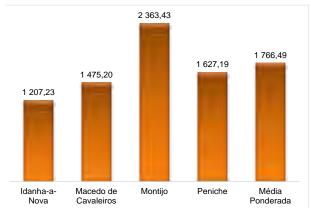
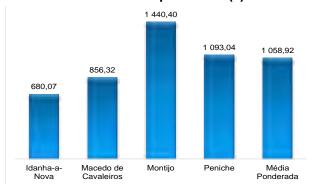


Figura 81: Impacte social das IPSS, Serviço de Apoio Domiciliário, benefício médio mensal por utente (€)



Por fim, na resposta social de "Serviço de Apoio Domiciliário", o benefício médio ponderado ascende a 1.058,92 euros, apresentando os municípios do Montijo e de Peniche o benefício médio por utente mais alto, 1.440,40 e 1.093,04 euros, respectivamente.

Figura 82: Rácios SROI, total das respostas sociais

Analisando os rácios SROI por município e por resposta social, a média ponderada global é de 2,46, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e do Montijo os valores globais mais elevados, 5,27 e 3,27, respectivamente.

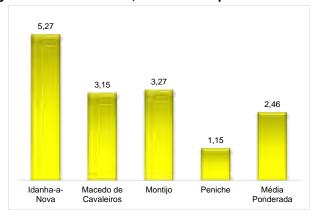
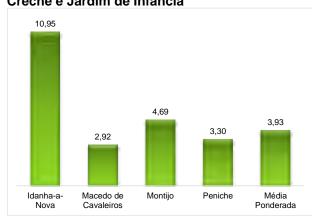


Figura 83: Rácios SROI, Creche e Jardim de Infância



Por resposta social, as actividades de Creche e Jardim de Infância apresentam uma média ponderada de 3,93, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Montijo os indicadores SROI mais elevados, 10,95 e 4,69, respectivamente, em virtude dos custos médios por utente serem inferiores à média.

Nos "Centros de Dia e Outras Respostas Sociais", o indicador apresenta uma média ponderada de 0,74, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros o rácio mais alto, 3,86 e 1,74 respectivamente, resultado de benefícios médios superior à média, visto a faixa etária dos idosos, nestas respostas sociais, ter maior peso nos municípios do interior.

Figura 84: Rácios SROI, Centro de Dia e Outras Respostas Sociais

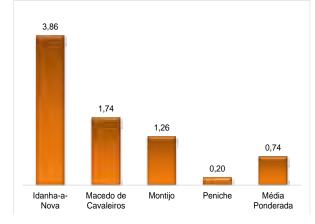
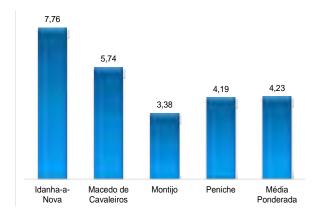


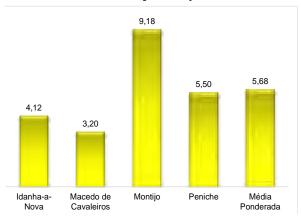
Figura 85: Rácios SROI, Lar de Idosos



Na resposta social "Lar de Idosos", o rácio SROI médio ponderado ascende a 4,23, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros os indicadores mais elevados, 7,76 e 5,74, respectivamente, em virtude dos custos médios por utente serem inferiores à média e os benefícios médios superiores à média.

Figura 86: Rácios SROI, Serviço de Apoio Domiciliário

Por fim, na resposta social de "Serviço de Apoio Domiciliário", o SROI médio ponderado ascende a 5,68, apresentando os municípios do Montijo e de Peniche o rácio mais alto, 9,18 e 5,50, respectivamente, apresentando o município do Montijo um custo médio por utente inferior à média e um benefício médio por utente superior à média.



Em síntese, no que respeita ao impacte económico total, verifica-se um maior impacte nos municípios do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros do que nos municípios do litoral, Montijo e Peniche, quer ao nível da Produção, quer ao nível do VAB e mesmo ao nível do Emprego.

O maior impacte económico das IPSS nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explica-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Produção, VAB e Emprego por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise e intensivas no factor trabalho.

Relativamente ao impacte social, a média ponderada global dos rácios SROI é de 2,46, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e do Montijo os valores globais mais elevados, 5,27 e 3,27, respectivamente.

Face à média, o município de Idanha-a-Nova é o que apresenta maior impacte económico, devido ao seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Produção, VAB e Emprego por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de Apoio Domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise e intensivas no factor trabalho.

Também ao nível do impacte social, o município de Idanha-a-Nova atinge o maior impacte, dada a optimização de custos e benefícios por utente no total das respostas sociais em apreço.

Propostas para maximização do impacte económico e social

Analisados os impactes económicos e sociais nos 4 municípios estudados, importa agora indicar acções que as IPSS poderão desenvolver, com o objectivo de maximizarem esses impactes e, simultaneamente, de aumentarem a sua sustentabilidade.

Assim, recomenda-se que: As IPSS se integrem na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social dos municípios onde estão inseridas As IPSS desenvolvam a avaliação da sua própria sustentabilidade social, económica e ambiental e adoptem medidas para a melhoria dessa sustentabilidade. O estado, ao nivel do poder autárquico e do poder central, tenha em conta o impacte económico e social das IPSS, quer para as populações, quer para os territórios, ao definir as suas políticas e estratégias, face

A concretização da primeira proposta implica que o diálogo Poder Local / IPSS seja dinamizado e se torne mais próactivo. Implica igualmente que as IPSS de um território interajam mais entre si e façam parte de uma estratégia conjunta e pró-activa, com o município, no combate à exclusão social, através do desenvolvimento de iniciativas tipicamente económicas.

a estas instituições e a este sector

Para potenciar a concretização do segundo vector desta estratégia, é necessário que cada IPSS seja capaz de olhar criticamente para si própria e fazer opções que permitam quer a optimização de recursos, quer a diminuição de custos. É necessário, ainda, que tomem medidas que possibilitem diversificar e aumentar as receitas¹.

O terceiro vector, que decorre do segundo, implica que as IPSS se devem repensar, no contexto de crise económica e escassez de recursos, e caminhar na implementação das medidas efectivas, que permitam diminuição de custos e maximização de receitas próprias. Simultaneamente, devem assumir um papel mais pró-activo na difusão e adopção de boas práticas, devidamente testadas e adaptadas aos contextos de cada IPSS, o que, necessariamente, implica encontrar e concretizar as parcerias adequadas.

¹ O estudo integral está disponível em formato de livro à venda nas principais livrarias do país. A versão síntese está disponível online em http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_news&id=335, e em http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/grupobcp/fundacaobcp/accaomecenatica/accaosocial/;jsess ionid=3TISY1NLELEQ VQFIAMGCFF4AVABQYIY4.

Finalmente, o quarto vector, implica que seja amplamente dado a conhecer o efectivo papel que as IPSS têm tido, minorando o sofrimento e a pobreza dos mais desfavorecidos, bem como seja divulgado o relevante contributo para a economia de muitos dos municípios rurais do interior do país, para que o Estado, ao nível do poder autárquico e do poder central, os tenha em conta ao definir as suas políticas e estratégias. Sem prejuízo da preocupação de sustentabilidade das IPSS, seria importante equacionar o apoio a dar para que o maior número possível de IPSS passe a dispor de serviço de atendimento social aberto a problemas sociais não abrangidos pelas suas respostas sociais tradicionais. Efectivamente, este sector tem tido um papel essencial e insubstituível para que os pobres sejam menos pobres, as pessoas com necessidades de apoio o possam ter e os territórios empobrecidos e desertificados fiquem menos carentes e menos ermados.

Olhando agora para os quatro municípios estudados, e para cada um deles, em particular, bem como para as suas instituições de solidariedade social, parece-nos que será importante que:

- A maioria das instituições desses municípios levem a cabo acções de formação prácticas, direccionadas para dirigentes e colaboradores, que potenciem uma melhoria efectiva dos serviços prestados e uma racionalização de custos e diversificação de receitas, de forma a aumentarem o seu nível de sustentabilidade e a diminuírem a dependência dos apoios do Estado;
- A maioria das instituições implementem acções de formação simples direccionadas aos seus universos de utentes de modo a que os mais jovens se vão integrando num mundo em profunda e acelerada mudança, especialmente tecnológica e comunicacional e os mais idosos se tornem mais activos e participem, dentro dos seus limites, na vida e no quotidiano das instituições que se tornaram a sua casa. Essencial para conseguir resultados junto deste último universo, é integrar nos seus procedimentos as respostas que a moderna geriatria aconselha para uma velhice pró-activa;
- As IPSS de alguns municípios têm escassez de respostas sociais direccionadas para os mais jovens. É o caso do Montijo, onde a oferta de "CRECHES E JARDINS DE INFÂNCIA" não cobre as necessidades e de Idanha-a-Nova, aonde as IPSS não possuem a vertente de ATL. É importante que essas lacunas sejam supridas permitindo às populações a opção entre ofertas diversificadas privadas, públicas e das instituições de solidariedade social. O mesmo se passa no que se refere a algumas das respostas sociais direccionadas para os mais idosos, como é o caso de Macedo de Cavaleiros, onde existe uma procura não satisfeita para os "LARES DE IDOSOS" e de Montijo e Peniche, onde se verifica uma escassez na oferta de todas as diferentes respostas sociais de apoio aos idosos. Em Peniche, não encontrámos inclusive qualquer IPSS que oferecesse a resposta social "CENTRO DE DIA";
- Em todos os concelhos estudados, encontrámos instituições cujo custo de funcionamento por utente apresenta desvios significativos face à média nacional, sendo o seu funcionamento mais dispendioso. A escassez de meios do Estado − autarquias e poder central e, em muitos casos, a diminuição dos rendimentos das famílias obrigam a racionalizar os recursos e a que as IPSS lutem para que o Estado diminua a carga burocrática a que obriga estas instituições e seja mais flexível na regulação dos requisitos e regras de funcionamento a que o sector está sujeito;
- Por fim, importa que as IPSS de cada um dos concelhos, não esquecendo uma análise de qualidade/ custos, compre um maior número de bens e serviços às empresas dos concelhos onde estão sedeadas, de modo a potenciar ainda mais o já relevante papel de parceiro económico que têm.

Tendo em conta os dados deste estudo, a maximização dos resultados da actividade das IPSS, quer no apoio às populações, quer no desenvolvimento dos municípios onde estão sedeadas, passa pela terem uma estratégia de desenvolvimento do território assumindo-se como parceiro relevante e intransponível para o crescimento sustentável dos concelhos e para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes dos vários municípios. Diminuir a exclusão social, dinamizar o bem estar das populações e a melhoria da qualidade de vida, bem como o crescimento económico dos vários territórios dependem muito da implementação de uma política integrada que dinamize medidas efectivas que envolvam o poder autárquico, as empresas e as instituições da economia social.

Conclusões

O presente estudo permite quantificar os impactes económicos e sociais do conjunto das IPSS no contexto de cada um dos concelhos onde estão sedeadas. Verifica-se, assim, que estas instituições são responsáveis por:

- Um aumento de 3% do total da Produção;
- Um aumento de 9% do total do VAB;
- Um aumento de 6% do total do Emprego.

Também se demonstra que o custo suportado pela sociedade é mais do que compensado pelos benefícios sociais que proporcionam. De facto:

- Cada euro investido nas IPSS em análise gera, no mínimo, 2,46 € de benefícios sociais;
- Nas respostas sociais CRECHE E JARDIM DE INFANCIA, cada euro investido gera 3,93 € de benefícios sociais;
- Na resposta social LAR DE IDOSOS, cada euro investido gera 4,23 € de benefícios sociais;
- Na resposta social SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, cada euro investido gera 5,68 € de benefícios sociais.

Tendo em conta esses valores, somos levados a concluir que as IPSS deverão ser consideradas como um elemento fulcral na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social dos municípios onde estão inseridas.

A divulgação destas conclusões será importante para que o Estado, ao nível do poder autárquico e do poder central, as tenha em conta ao definir as suas políticas e estratégias.

Analisando os números obtidos em cada um dos concelhos, verifica-se o seguinte impacte económico directo:

	lr	Impacte Económico Directo (no concelho)						
	Produção		VAB		Emprego			
Concelhos	Euros	%	Euros	%	Pessoas	%		
Idanha-a-Nova	5 261 571	9	2 570 873	22	279	11		
Macedo de Cavaleiros	4 875 250	4	3 076 811	11	229	4		
Montijo	15 900 304	2	11 767 826	5	815	4		
Peniche	6 862 200	2	5 267 074	5	326	3		

O impacte económico indirecto e induzido por concelho é:

	Im	Impacte Económico Indirecto (no concelho)						
	Produção		VAB		Emprego			
Concelhos	Euros	%	Euros	%	Pessoas	%		
Idanha-a-Nova	2 530 314	4	1 199 245	10	146	6		
Macedo de Cavaleiros	2 344 531	2	1 435 251	5	120	2		
Montijo	7 646 531	1	5 489 380	3	428	2		
Peniche	3 300 064	1	2 456 951	2	171	2		

O que perfaz um impacte económico total, tendo em conta o conjunto destes valores, de:

		Impacte Económico Total (no concelho)							
	Produção		VAB		Emprego				
Concelhos	Euros	%	Euros	%	Pessoas	%			
Idanha-a-Nova	7 791 885	14	3 770 118	33	425	16			
Macedo de Cavaleiros	7 219 781	5	4 512 062	16	349	7			
Montijo	23 546 835	3	17 257 206	8	1 243	5			
Peniche	10 162 264	2	7 724 025	7	497	5			

Já em relação ao benefício social por cada euro investido, verifica-se que vai de 5,27 € em Idanha-a-Nova a 1,15 € em Peniche, diferença de valores directamente relacionada com a maior percentagem da resposta social de idosos face ao total de respostas sociais oferecidas.

	Impacte Social	
	SROI (a)	Benefício Médio Mensal (por utente)
Concelhos	Euros	Euros
Idanha-a-Nova	5,27	832,04
Macedo de Cavaleiros	3,15	812,21
Montijo	3,27	720,28
Peniche	1,15	348,43

(a) "Social Return on Investment", significando "Retorno Social do Investimento"

A análise efectuada permitiu, também, obter algumas conclusões sobre as condições estruturais nos diferentes municípios, designadamente no que respeita a remunerações, ao financiamento e às respostas sociais estudadas. Salienta-se, assim, que:

- De um modo geral, as remunerações médias praticadas nas IPSS são inferiores às remunerações médias dos municípios onde se inserem, variando entre 74% e 92%, fenómeno de explicação complexa visto que, apesar de haver menor peso relativo de grau de licenciatura ou superior nas IPSS do que na população empregada dos respectivos municípios, existir maior peso relativo do ensino secundário e menor peso relativo de formação até ao ensino básico. Poderá eventualmente, estar relacionado com a predominância de mulheres no total de colaboradores (92%), o que aconselha a uma análise relativa à igualdade de género no trabalho, no âmbito das IPSS, para ultrapassar eventuais discriminações.
- O financiamento da actividade das IPSS centra-se nos utentes, 43%, e no Estado/Segurança Social, 49%, provindo o restante financiamento de outras fontes. O peso da mensalidade média paga pelos utentes no rendimento médio familiar per capita é mais expressivo no município de Idanha-a-Nova, 53%. Nos restantes municípios esse rácio varia entre os 9% e os 25%. Esta diferença registada em Idanha-a-Nova é justificada pelo maior peso, neste concelho, das respostas sociais dirigidas aos idosos.
- No âmbito das respostas sociais de "Creche e Jardim de Infância", o município do Montijo é, simultaneamente, o município com a capacidade instalada totalmente utilizada e com menor percentagem de utentes ao abrigo de protocolo com o Estado/Segurança Social. Esta situação sugere a necessidade do aumento da capacidade no sentido de dar resposta às necessidades do município do Montijo nas respostas sociais de "Creche e Jardim de Infância".
- Relativamente à resposta social de "Lar de Idosos", os municípios de Macedo de Cavaleiros e Peniche apresentam 100% de utilização da capacidade instalada. Esta situação sugere a necessidade de alargar a capacidade da resposta social "Lar de Idosos" nestes municípios.

No que diz respeito à resposta social de "Centro de Dia", no total das IPSS em análise, a capacidade utilizada corresponde a 60%, sugerindo não haver necessidade de investimentos da sociedade nesta resposta social, enquanto a capacidade utilizada não se aproximar da capacidade instalada. Recorde-se, no entanto, que as respostas recebidas das IPSS do concelho de Peniche não incluíam a resposta social de "Centro de Dia", pelo que aquela análise deve ser interpretada apenas para os outros três concelhos estudados.

Por último, os números mostram que os impactes económicos das IPSS na economia de cada um dos municípios é significativamente diferente. Assim:

- No que respeita ao impacte económico total, verifica-se um maior impacte nos municípios rurais do interior, Idanha-a-Nova e Macedo de Cavaleiros, do que nos municípios do litoral, Montijo e Peniche, quer ao nível da Produção, quer ao nível do VAB e ao nível do Emprego. O maior impacte económico das IPSS nos municípios do interior, especialmente no de Idanha-a-Nova, explica-se pelo seu maior peso relativo na economia da região e também por indicadores superiores de Produção, VAB e Emprego por utente, consequência do maior peso de respostas sociais relacionadas com idosos, "Centro de Dia", "Lar de Idosos" e "Serviço de apoio domiciliário", com maior custo médio que as restantes respostas sociais em análise, e dado exigirem maior numero de trabalhadores por utente.
- Relativamente ao impacte social, a média ponderada global dos rácios SROI é de 2,46, apresentando os municípios de Idanha-a-Nova e do Montijo os valores globais mais elevados, 5,27 e 3,27, respectivamente.

A importância fundamental da economia social, designadamente das IPSS no apoio às famílias é genericamente admitida. Contudo, o real papel e o impacte económico e social deste sector é efectivamente muito pouco conhecido. A inexistência de análises quantificadas, como a que agora se apresenta, é uma lacuna que não permite a estas instituições terem a notoriedade a que têm direito, o que certamente lhes possibilitaria não só aumentar os apoios à sua sustentabilidade, como levaria os poderes públicos, compreendendo toda a extensão da sua actuação, considerassem as IPSS parceiras em outras missões, nomeadamente nos aspectos ligados à reinserção social e no combate à exclusão, apoiando-as de uma forma diferente e mais sustentável.

As misericórdias, as mais antigas instituições do universo das IPSS, são uma realidade multisecular da realidade portuguesa e, desde sempre, uma instância fundamental de protecção social no apoio aos mais desvalidos.

A partir do século XX, com o aparecimento da previdência e, depois, da segurança social, as IPSS evoluíram para um papel diferente, mantendo e até aumentando as suas actividades. Essa mudança traduziu-se, em especial, no facto de o Estado assumir a responsabilidade política pela protecção social, mediante a consagração de direitos e a prestação de serviços diversos.

O Estado, neste contexto, recorreu à participação das IPSS em muitas áreas de protecção social, regulando a sua actividade e assegurando-lhes uma parte significativa do financiamento. Daí resultou que as instituições "se sentiram contratadas" pelo Estado para a prestação de serviços que a este em certa medida competiam e, ao mesmo tempo, procuraram manter a sua identidade própria, radicada na sociedade civil, independentemente do papel do Estado.

Mas, para que as IPSS possam continuar a ter esse papel no futuro, têm que optimizar a gestão dos recursos, têm que se dar a conhecer melhor, têm que conseguir ter uma gestão empresarial embora de cariz social.

Importa não esquecer que as IPSS têm um enorme crédito de confiança das pessoas, o que não acontece, frequentemente, com muitas instituições públicas. Este capital de confiança é um dos maiores activos das instituições da economia social que importa aproveitar e potenciar, para que as nossas terras sejam mais sustentáveis e a vida das nossas gentes, em especial os mais desfavorecidos, seja mais feliz, conseguindo que a pobreza seja menos pobre.

